



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO FEDERAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA - CONFEA

SEPN 508, Bloco A Ed. Confea - Engenheiro Francisco Saturnino de Brito Filho - Bairro Asa Norte, Brasília/DF, CEP 70740-541

Contato: - <http://www.confea.org.br>

EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 90004/2026

Processo: 00.000249/2026-62

MINUTA - EDITAL DE LICITAÇÃO

PROCESSO: 00.000249/2026-62

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90004/2026

CONTRATANTE (UASG): 925175

OBJETO: Contratação de solução de tecnologia da informação e comunicação para realização de eleições eletrônicas via internet, compreendendo o fornecimento, disponibilização e operação de software específico de votação eletrônica, infraestrutura tecnológica, serviços de suporte técnico, envio de comunicações eletrônicas aos eleitores (e-mail e SMS), atendimento personalizado multicanal, monitoramento do processo eleitoral, geração de relatórios e apoio às atividades de auditoria, destinado à realização das Eleições do Sistema Confea/Crea e Mútua, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexo

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO: R\$ 6.703.200,00 (seis milhões, setecentos e três mil e duzentos reais)

DATA DA SESSÃO PÚBLICA: 19/04/2026 as 8:30 (horário de Brasília)

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: Menor preço global

MODO DE DISPUTA: Aberto

TRATAMENTO FAVORECIDO ME/EPP/EQUIPARADAS: Não

MARGEM DE PREFERÊNCIA PARA ALGUM ITEM: Não

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90004/2026

Torna-se público, para conhecimento dos interessados, que o CONSELHO FEDERAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA, CNPJ 33.665.647/0001-91, por meio da Superintendência de Contratos e Parcerias, sediado no SEPN 508 W3 NORTE, S/N, BLOCO A EDIF CONFEA, bairro ASA NORTE, na cidade de BRASILIA/DF, CEP 70740-542, realizará licitação na modalidade Pregão Eletrônico, na forma Eletrônica, com critério de julgamento Menor Preço, [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), e demais legislações aplicáveis e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a solução de tecnologia da informação e comunicação para realização de eleições eletrônicas via internet, compreendendo o fornecimento, disponibilização e operação de software específico de votação eletrônica, infraestrutura tecnológica, serviços de suporte técnico, envio de

comunicações eletrônicas aos eleitores (e-mail e SMS), atendimento personalizado multicanal, monitoramento do processo eleitoral, geração de relatórios e apoio às atividades de auditoria, destinado à realização das Eleições do Sistema Confea/Crea e Mútua, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será realizada em grupo único, formado por 10 (dez) itens, conforme tabela abaixo, devendo o licitante oferecer proposta para todos os itens que o compõem:

Item	Especificação	CATSER	Métrica ou Unidade de Medida	Qtd de eleições	Valor Unitário	Valor Eleição	Valor Total
1	Fornecimento e operação de sistema eletrônico de votação via internet, dimensionado conforme a quantidade de eleitores efetivamente importados para cada pleito eleitoral - Até 100.000 eleitores	26077	Eleitor importado	4	R\$ 2,05	R\$ 205.000,00	R\$ 820.000,00
2	Fornecimento e operação de sistema eletrônico de votação via internet, dimensionado conforme a quantidade de eleitores efetivamente importados para cada pleito eleitoral - De 100.001 a 250.000 eleitores	26077	Eleitor importado	3	R\$ 1,32	R\$ 330.000,00	R\$ 990.000,00

3	Fornecimento e operação de sistema eletrônico de votação via internet, dimensionado conforme a quantidade de eleitores efetivamente importados para cada pleito eleitoral - De 250.001 a 500.000 eleitores	26077	Eleitor importado	1	R\$ 1,01	R\$ 505.000,00	R\$ 505.000,00
4	Fornecimento e operação de sistema eletrônico de votação via internet, dimensionado conforme a quantidade de eleitores efetivamente importados para cada pleito eleitoral - De 500.001 a 1.400.000 eleitores	26077	Eleitor importado	2	R\$ 0,85	R\$ 1.190.000,00	R\$ 2.380.000,00
5	Prestação de serviço de atendimento aos eleitores por meio de call center e chatbot, no período que antecede cada eleição, dimensionado conforme a quantidade de postos de atendimento e a carga horária sendo das 8 às 18h, pelo horário de Brasília/DF - Até 10 atendentes	16292	Posto-hora de atendimento	8	R\$ 4.320,00	R\$ 43.200,00	R\$ 345.600,00

6	Prestação de serviço de atendimento aos eleitores por meio de call center e chatbot, no dia da eleição, dimensionado conforme a quantidade de postos de atendimento e a carga horária sendo das 8 às 19h, pelo horário de Brasília/DF - até 20 atendentes	16292	Posto-hora de atendimento	2	R\$ 1.440,00	R\$ 28.800,00	R\$ 57.600,00
7	Serviço de envio de mensagens eletrônicas (SMS e e-mail), dimensionado conforme o quantitativo efetivo de mensagens enviadas em cada pleito eleitoral - Até 100.000 envios	26352	Mensagem enviada	4	R\$ 0,60	R\$ 60.000,00	R\$ 240.000,00
8	Serviço de envio de mensagens eletrônicas (SMS e e-mail), dimensionado conforme o quantitativo efetivo de mensagens enviadas em cada pleito eleitoral - De 100.001 a 250.000 envios	26352	Mensagem enviada	3	R\$ 0,54	R\$ 135.000,00	R\$ 405.000,00

9	Serviço de envio de mensagens eletrônicas (SMS e e-mail), dimensionado conforme o quantitativo efetivo de mensagens enviadas em cada pleito eleitoral - De 250.001 a 500.000 envios	26352	Mensagem enviada	1	R\$ 0,42	R\$ 210.000,00	R\$ 210.000,00
10	Serviço de envio de mensagens eletrônicas (SMS e e-mail), dimensionado conforme o quantitativo efetivo de mensagens enviadas em cada pleito eleitoral - Acima de 500.000 envios	26352	Mensagem enviada	2	R\$ 0,75	R\$ 375.000,00	R\$ 750.000,00
Subtotal (somatório dos itens)							R\$ 6.703.200,00

2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1. Poderão participar deste certame os interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto da licitação e que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

2.2. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicaf até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

2.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.5. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.6. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123 de 2006. para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto n.º 8.538, de 2015, bem como para bens e serviços produzidos com tecnologia produzida no país e bens produzidos de acordo com processo

produtivo básico, na forma do art. 3º da Lei nº 8.248, de 1991 e art. 8º do Decreto nº 7.174, de 2010.

2.7. Não poderão disputar esta licitação:

- 2.7.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
- 2.7.2. sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;
- 2.7.3. empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;
- 2.7.4. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
- 2.7.5. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
- 2.7.6. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- 2.7.7. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- 2.7.8. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1986, concorrendo entre si;
- 2.7.9. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
- 2.7.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição.

2.8. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021](#).

2.9. O impedimento de que trata o item 2.7.6 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.10. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.7.4 e 2.7.5 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

2.11. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

2.12. O disposto nos itens 2.7.4 e 2.7.5 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

2.13. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

2.14. A vedação de que trata o item 2.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3. ORÇAMENTO ESTIMADO

3.1. O orçamento estimado da presente contratação não será de caráter sigiloso.

4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.3.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#);

4.3.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);

4.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.4. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.5. O licitante deverá declarar em campo próprio do sistema se o produto ou serviço ofertado é manufaturado nacional beneficiado por um dos critérios de margem de preferência indicados no Termo de Referência, quando for o caso, para usufruir do benefício.

4.6. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#), observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#).

4.6.1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

4.6.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

4.7. Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, a pessoa jurídica:

4.7.1. de cujo capital participe outra pessoa jurídica;

4.7.2. que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;

4.7.3. de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

4.7.4. cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

4.7.5. cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

4.7.6. constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;

4.7.7. que participe do capital de outra pessoa jurídica;

4.7.8. que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;

4.7.9. resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;

- 4.7.10. constituída sob a forma de sociedade por ações.
- 4.7.11. cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.
- 4.8. A falsidade da declaração de que trata os itens 4.3 ou 4.6 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.
- 4.9. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 4.10. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.
- 4.11. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.
- 4.12. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:
- 4.12.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e
- 4.12.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.
- 4.13. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:
- 4.13.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e
- 4.13.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.
- 4.14. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 4.13 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.
- 4.15. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.
- 4.16. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

- 5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:
- 5.1.1. Valor expresso em Reais (R\$).
- 5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.
- 5.3. O licitante não poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.
- 5.4. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.
- 5.5. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 5.6. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.
- 5.7. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 5.8. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do

regime de tributação pelo Simples Nacional.

5.9. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência/Projeto Básico, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.10. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

5.11. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas.

5.12. Caso o critério de julgamento seja o de menor preço, os licitantes devem respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência/Projeto Básico.

5.13. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência/Projeto Básico.

5.14. O descumprimento das regras supramencionadas pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

6.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.8. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de 0,01% (zero vírgula zero um por cento).

6.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

6.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa aberto.

6.11. No modo de disputa "aberto", os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

6.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

6.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

6.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação, sem prejuízo da aplicação da margem de preferência e do desempate ficto, conforme disposto neste edital, quando for o caso.

6.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o , auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

- 6.11.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 6.12. Caso seja adotado para o envio de lances o modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.
- 6.12.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.
- 6.12.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 6.12.3. Caso o item em disputa envolva objeto abrangido por margem de preferência, o percentual referido na disposição anterior será de 20%, nos termos do § 6º do artigo 24 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022, incluído pela Instrução Normativa SEGES/MGI nº 79, de 12 de setembro de 2024.
- 6.12.4. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.
- 6.12.5. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 6.12.6. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 6.13. Caso seja adotado para o envio de lances o modo de disputa “fechado e aberto”, poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/ maior percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.[A29.1]
- 6.13.1. Caso o item em disputa envolva objeto abrangido por margem de preferência, o percentual referido na disposição anterior será de 20%, nos termos do § 5º do artigo 25 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022, incluído pela Instrução Normativa SEGES/MGI nº 79, de 12 de setembro de 2024.
- 6.13.2. Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item 6.13, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.
- 6.13.3. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 6.13.4. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 6.13.5. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
- 6.13.6. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 6.13.7. Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 6.14. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 6.15. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 6.16. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 6.17. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão Eletrônico, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 6.18. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

- 6.19. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 6.20. Ao final da fase de lances, será aplicado o benefício da margem de preferência, nos termos do art. 26 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 6.20.1. Para produtos ou serviços abrangidos por margem de preferência normal ou adicional, caso a proposta de menor preço não tenha por objeto produto ou serviço contemplado pela referida margem, o sistema automaticamente indicará as propostas de produtos ou serviços que façam jus ao diferencial de preço, pela ordem de classificação, para fins de aceitação pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão/Agente de Contratação/Comissão.
- 6.20.2. Nestas situações, a proposta beneficiada pela aplicação da margem de preferência normal ou adicional, conforme o caso, tornar-se-á a proposta classificada em primeiro lugar.
- 6.21. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial, caso a contratação não se enquadre nas vedações dos §§1º e 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.
- 6.21.1. Quando houver propostas beneficiadas com as margens de preferência, apenas poderão se valer do critério de desempate previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que também fizerem jus às margens de preferência (art. 5º, §9º, I, do Decreto nº 8538, de 2015).
- 6.21.2. O parâmetro para o empate ficto, nesse caso, consistirá no preço ofertado pela fornecedora classificada em primeiro lugar em razão da aplicação da margem de preferência.
- 6.21.3. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 10% (dez por cento), caso se trate de uma concorrência, ou de até 5% (cinco por cento), caso se trate de um pregão, serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
- 6.21.4. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
- 6.21.5. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de até 10% (dez por cento), caso se trate de uma concorrência, ou de até 5% (cinco por cento), caso se trate de um pregão, na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.
- 6.21.6. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
- 6.21.7. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.
- 6.22. Será assegurado o direito de preferência previsto no artigo 3º da Lei nº 8.248, de 1991, conforme procedimento estabelecido nos artigos 5º e 8º do Decreto nº 7.174, de 2010, nos seguintes termos:
- 6.22.1. Após a aplicação das regras de preferência para microempresas e empresas de pequeno porte, caberá a aplicação das regras de preferência, sucessivamente, para:
- 6.22.1.1. bens e serviços com tecnologia desenvolvida no País e produzidos de acordo com o Processo Produtivo Básico (PPB), na forma definida pelo Poder Executivo Federal;
- 6.22.1.2. bens e serviços com tecnologia desenvolvida no País; e
- 6.22.1.3. bens e serviços produzidos de acordo com o PPB, na forma definida pelo Poder Executivo Federal, nos termos do art. 5º e 8º do Decreto 7.174, de 2010 e art. 3º da Lei nº 8.248, de 1991.
- 6.22.2. Os licitantes classificados que estejam enquadrados no item 6.20.1.1, na ordem de classificação, serão convocados para que possam oferecer nova proposta ou novo lance para igualar ou superar a melhor proposta válida, caso em que será declarado vencedor do certame.
- 6.22.3. Caso a preferência não seja exercida na forma do item 6.20.1.1, por qualquer motivo, serão convocadas as empresas classificadas que estejam enquadradas no item 6.20.1.2, na ordem de classificação, para a comprovação e o exercício do direito de preferência, aplicando-se a mesma regra para o item

6.20.1.3 caso esse direito não seja exercido.

6.22.4. As licitantes qualificadas como microempresas ou empresas de pequeno porte que fizerem jus ao direito de preferência previsto no Decreto nº 7.174, de 2010, terão prioridade no exercício desse benefício em relação às médias e às grandes empresas na mesma situação.

6.23. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances).

6.24. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), nesta ordem:

6.24.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

6.24.2. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, nos termos do [Decreto nº 11.430, de 2023](#), e da [Instrução Normativa SEGES/MGI nº 382, de 17 de setembro de 2025](#);

6.24.3. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme Decreto nº 12.304, de 2024, e [Portaria Normativa SE/CGU nº 226, de 9 de setembro de 2025](#).

6.25. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

6.25.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

6.25.2. empresas brasileiras;

6.25.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.25.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).

6.26. Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

6.27. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo definido para a contratação, o Pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

6.27.1. Tratando-se de licitação em grupo, a contratação posterior de item específico do grupo exigirá prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade e serão observados como critério de aceitabilidade os preços unitários máximos definidos no Termo de Referência.

6.27.2. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

6.27.3. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.27.4. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

6.27.5. O Pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.27.6. É facultado ao Pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

6.28. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7. DA FASE DE JULGAMENTO

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021, legislação correlata e no item 2.8 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

7.1.1. SICAF;

7.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União

(<https://portal.datransparencia.gov.br/pagina-interna/603244-cnep>); e

7.2. A consulta aos cadastros será realizada no nome e no CNPJ da empresa licitante.

7.2.1. A consulta ao CNEP quanto às sanções previstas na Lei nº 8.429, de 1992, também ocorrerá no nome e no CPF do sócio majoritário da empresa licitante, se houver, por força do art. 12 da citada lei.

7.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

7.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

7.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

7.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.4. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

7.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs ou tenha se valido da aplicação da margem de preferência, o Pregoeiro/Agente de Contratação/ Comissão verificará se o licitante faz jus ao benefício aplicado.

7.5.1. Caso o licitante não venha a comprovar o atendimento dos requisitos para fazer jus ao benefício da margem de preferência, as propostas serão reclassificadas, para fins de nova aplicação da margem de preferência.

7.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no [artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).

7.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

7.7.1. conter vícios insanáveis;

7.7.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

7.7.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecer acima do preço máximo definido para a contratação;

7.7.4. não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

7.7.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

7.8. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexecuibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

7.9. A inexecuibilidade, na hipótese de que trata o item anterior, só será considerada após diligência do Pregoeiro, que comprove:

7.9.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

7.9.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

7.10. Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

7.11. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

7.12. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo Pregoeiro, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação.

7.13. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas.

7.14. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

7.15. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

7.16. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

7.17. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

7.18. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

7.19. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

7.20. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

7.21. O pregoeiro realizará a verificação da observância da proposta classificada provisoriamente em primeiro lugar quanto aos custos unitários mínimos relevantes estabelecidos pela Administração, além dos demais aspectos ligados à conformidade da proposta ao objeto licitado e à compatibilidade do preço.

7.22. O pregoeiro concederá o prazo de no mínimo duas horas para readequação da proposta quando esta não observar os custos unitários mínimos relevantes, sob pena de desclassificação, na forma da Instrução Normativa nº 73, de 30 de setembro de 2022.

8. DA FASE DE HABILITAÇÃO

8.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

8.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

8.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

8.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no [Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016](#), ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

8.4. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

8.4.1. Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o termo de referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 20% para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

8.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia.

8.6. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133, de 2021.

8.7. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

8.8. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8.9. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos

termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

8.10. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

8.10.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

8.11. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

8.11.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

8.12. A verificação pelo Pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.12.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 2 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do Pregoeiro.

8.12.2. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço, observado o disposto no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da *Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022*.

8.13. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

8.13.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

8.13.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

8.14. Encerrado o prazo para envio da documentação de que trata o item 8.12.1, poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada do Pregoeiro, a apresentação de novos documentos de habilitação ou a complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes, em até 2 (duas) horas, para:

8.14.1. a aferição das condições de habilitação do licitante, desde que decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame;

8.14.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

8.14.3. suprimimento da ausência de documento de cunho declaratório emitido unilateralmente pelo licitante;

8.14.4. suprimimento da ausência de certidão e/ou documento de cunho declaratório expedido por órgão ou entidade cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública.

8.15. Findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.

8.16. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.17. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 8.12.1.

8.18. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

8.19. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.

8.20. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

9. DO TERMO DE CONTRATO

9.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado termo de contrato, ou outro instrumento equivalente

9.2. O adjudicatário terá o prazo de 2 (dois) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o termo de contrato ou instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

9.3. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou instrumento equivalente, a Administração poderá:

a) encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), para que seja assinado e devolvido no prazo de 2 (dois) dias úteis, a contar da data de seu recebimento;

b) disponibilizar acesso a sistema de processo eletrônico para que seja assinado digitalmente em até 2 (dois) dias úteis; ou

c) outro meio eletrônico, assegurado o prazo de 2 (dois) dias úteis para resposta após recebimento da notificação pela Administração.

9.4. Os prazos dos itens 9.2 e 9.3 poderão ser prorrogados, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

9.5. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

9.6. Na assinatura do contrato ou instrumento equivalente será exigido o Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal - Cadin e a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

9.6.1. A existência do registro do Cadin constitui fator impeditivo para a contratação.

10. DOS RECURSOS

10.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

10.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

10.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

10.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

10.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos;

10.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

10.3.4. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

10.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

10.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

10.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

10.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

10.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

10.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

10.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico licitacao@confea.org.br.

11. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

11.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer

documento que tenha sido solicitado pelo/a Pregoeiro/a durante o certame;

11.1.2. salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

11.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

11.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

11.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

11.1.2.4. deixar de participar da prova de conceito; ou

11.1.2.5. apresentar proposta em desacordo com as especificações do edital;

11.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

11.1.4. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

11.1.5. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

11.1.6. fraudar a licitação;

11.1.7. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

11.1.7.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

11.1.7.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

11.1.7.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

11.1.8. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

11.1.9. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

11.2. Com fulcro na [Lei nº 14.133, de 2021](#), a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

11.2.1. advertência;

11.2.2. multa;

11.2.3. impedimento de licitar e contratar e

11.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

11.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

11.3.2. as peculiaridades do caso concreto;

11.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

11.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;

11.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.4. A multa será recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

11.4.1. Para as infrações previstas nos itens 11.1.1, 11.1.2 e 11.1.3, a multa será de 0.5% a 15% do valor do contrato lícitado.

11.4.2. Para as infrações previstas nos itens 11.1.4, 11.1.5, 11.1.6, 11.1.7, 11.1.8 e 11.1.9, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato lícitado.

11.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

11.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

11.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 11.1.1, 11.1.2 e 11.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo o qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

11.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 11.1.5, 11.1.6, 11.1.7, 11.1.8 e 11.1.9, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 11.1.1, 11.1.2, 11.1.3 e 11.1.4, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

11.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 11.1.4, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

11.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

11.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

11.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

11.15. Para a garantia da ampla defesa e contraditório dos licitantes, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

11.15.1. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicafe serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

12. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

12.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

12.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

12.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelos seguintes meios: e-mail: licitacao@confea.org.br

12.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

12.5. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

12.6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

13. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

13.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

13.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

13.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

13.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

13.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

13.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

13.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

13.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

13.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico www.confea.org.br.

13.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

13.11.1. ANEXO I - Termo de Referência;

13.11.2. ANEXO II - Minuta de Termo de Contrato;



Documento assinado eletronicamente por **João Paulo dos Santos Mouta Cipriano Guimarães, Pregoeiro(a)**, em 04/05/2026, às 15:03, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º, § 3º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://confea.sei.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **1543397** e o código CRC **F4A37DB3**.

CONSELHO FEDERAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA

Termo de Referência 13/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
13/2026	925175-CONSELHO FEDERAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA	RODRIGO DE SOUZA BORGES	04/05/2026 11:16 (v 0.5)
Status	ASSINADO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
VII - contratações de tecnologia da informação e de comunicação/Serviços de TIC	48/2026	00.000249/2026-62

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Contratação de serviço especializado de Tecnologia da Informação para realização de eleições eletrônicas via internet, compreendendo o fornecimento, disponibilização e operação de software específico de votação eletrônica, infraestrutura tecnológica, serviços de suporte técnico, envio de comunicações eletrônicas aos eleitores (e-mail e SMS), atendimento personalizado multicanal, monitoramento do processo eleitoral, geração de relatórios e apoio às atividades de auditoria, destinado à realização das Eleições do Sistema Confea/Crea e Mútua, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

Item	Especificação	CATSER	Métrica ou Unidade de Medida	Qtd de eleições	Valor Unitário	Valor Eleição	Valor Total
1	Fornecimento e operação de sistema eletrônico de votação via internet, dimensionado conforme a quantidade de eleitores efetivamente importados para cada pleito eleitoral - Até 100.000 eleitores	26077	Eleitor importado	4	R\$ 2,05	R\$ 205.000,00	R\$ 820.000,00
2	Fornecimento e operação de sistema eletrônico de votação via internet, dimensionado conforme a quantidade de eleitores efetivamente importados para cada pleito eleitoral - De 100.001 a 250.000 eleitores	26077	Eleitor importado	3	R\$ 1,32	R\$ 330.000,00	R\$ 990.000,00
3	Fornecimento e operação de sistema eletrônico de votação via internet, dimensionado conforme a quantidade de eleitores efetivamente importados para cada pleito	26077	Eleitor importado	1	R\$ 1,01	R\$ 505.000,00	R\$ 505.000,00

	eleitoral - De 250.001 a 500.000 eleitores						
4	Fornecimento e operação de sistema eletrônico de votação via internet, dimensionado conforme a quantidade de eleitores efetivamente importados para cada pleito eleitoral - De 500.001 a 1.400.000 eleitores	26077	Eleitor importado	2	R\$ 0,85	R\$ 1.190.000,00	R\$ 2.380.000,00
5	Prestação de serviço de atendimento aos eleitores por meio de call center e chatbot, no período que antecede cada eleição, dimensionado conforme a quantidade de postos de atendimento e a carga horária sendo das 8 às 18h, pelo horário de Brasília /DF - Até 10 atendentes	16292	Posto-hora de atendimento	8	R\$ 4.320,00	R\$ 43.200,00	R\$ 345.600,00
6	Prestação de serviço de atendimento aos eleitores por meio de call center e chatbot, no dia da eleição, dimensionado conforme a quantidade de postos de atendimento e a carga horária sendo das 8 às 19h, pelo horário de Brasília/DF - até 20 atendentes	16292	Posto-hora de atendimento	2	R\$ 1.440,00	R\$ 28.800,00	R\$ 57.600,00
7	Serviço de envio de mensagens eletrônicas (SMS e e-mail), dimensionado conforme o quantitativo efetivo de mensagens enviadas em cada pleito eleitoral - Até 100.000 envios	26352	Mensagem enviada	4	R\$ 0,60	R\$ 60.000,00	R\$ 240.000,00
8	Serviço de envio de mensagens eletrônicas (SMS e e-mail), dimensionado conforme o quantitativo efetivo de mensagens enviadas em cada pleito eleitoral - De 100.001 a 250.000 envios	26352	Mensagem enviada	3	R\$ 0,54	R\$ 135.000,00	R\$ 405.000,00
9	Serviço de envio de mensagens eletrônicas (SMS e e-mail), dimensionado conforme o quantitativo efetivo de mensagens enviadas em cada pleito eleitoral - De 250.001 a 500.000 envios	26352	Mensagem enviada	1	R\$ 0,42	R\$ 210.000,00	R\$ 210.000,00
10	Serviço de envio de mensagens eletrônicas (SMS e e-mail), dimensionado conforme o quantitativo efetivo de mensagens	26352	Mensagem enviada	2	R\$ 0,75	R\$ 375.000,00	R\$ 750.000,00

enviadas em cada pleito eleitoral - Acima de 500.000 envios						
Subtotal (somatório dos itens)						R\$ 6.703.200,00

Classificação do objeto quanto à heterogeneidade ou complexidade

1.2. O(s) serviço(s) objeto desta contratação são caracterizados como **comum(ns)**, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

Classificação do objeto quanto ao modelo de execução

1.3. O serviço é enquadrado como continuado tendo em vista que a solução contratada deverá permanecer disponível e operacional durante todo o período de vigência contratual, abrangendo múltiplos ciclos eleitorais, atividades recorrentes de preparação, configuração, testes, execução, suporte, auditoria e encerramento de eleições, sendo a vigência plurianual mais vantajosa considerando os aspectos de continuidade do negócio, padronização tecnológica, redução de riscos operacionais, preservação do histórico eleitoral e eficiência administrativa, conforme demonstrado no Estudo Técnico Preliminar.

Prazo de vigência

1.4. O prazo de vigência da contratação é de **5 (cinco) anos** contados da **data de assinatura do contrato**, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.5. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A presente contratação justifica-se pela necessidade de garantir a realização segura, transparente, íntegra e auditável das Eleições Gerais do Sistema Confea/Crea e Mútua, previstas para ocorrer no exercício de 2026, conforme calendário eleitoral aprovado pelo Plenário do Confea, com mandato de 3 (três) anos, e vigência contratual estimada de 2026 a 2030, abrangendo todo o ciclo eleitoral correspondente.

1. O processo eleitoral do Sistema Confea/Crea e Mútua possui abrangência nacional, envolve centenas de milhares de eleitores regularmente registrados e exige o cumprimento rigoroso de requisitos normativos, técnicos e operacionais relacionados à segurança da informação, sigilo do voto, unicidade da votação, disponibilidade contínua do sistema, auditabilidade independente e transparência dos resultados, não sendo viável sua execução por meios manuais ou por soluções tecnológicas genéricas não especializadas.
2. A solução demandada compreende a contratação de serviço especializado de Tecnologia da Informação, na forma de software específico para votação eletrônica via internet, incluindo infraestrutura tecnológica, serviços de suporte técnico, comunicação com eleitores (envio de mensagens por e-mail e SMS), atendimento personalizado por múltiplos canais e monitoramento integral do processo eleitoral, conforme requisitos técnicos e funcionais previamente definidos no Estudo Técnico Preliminar da Contratação.
3. O quantitativo da solução está diretamente vinculado ao colégio eleitoral estimado, calculado com base nos registros ativos extraídos dos sistemas corporativos do Sistema Confea/Crea, considerando a totalidade de profissionais aptos a votar no pleito correspondente. Tal quantitativo fundamenta a definição da capacidade mínima da infraestrutura tecnológica, dos volumes de envio de mensagens eletrônicas, da estimativa de atendimentos de suporte e da carga transacional do sistema, observando-se margens técnicas de segurança para absorver picos de acesso no período eleitoral.
4. A forma de cálculo dos volumes e das características do objeto considera, ainda, a experiência histórica de eleições anteriores, a facultatividade do voto no Sistema Confea/Crea, os índices de participação registrados em pleitos passados e a necessidade de escalabilidade da solução para atender, sem degradação de desempenho, aos momentos críticos do processo eleitoral, especialmente no dia da votação.
5. A contratação de solução especializada visa alcançar, de forma objetiva, os seguintes resultados e benefícios institucionais: garantia da legitimidade, lisura e confiabilidade do processo eleitoral; ampliação do acesso e da participação democrática dos profissionais; redução de riscos operacionais, falhas humanas e vulnerabilidades

técnicas; aumento da eficiência administrativa e da rastreabilidade dos atos eleitorais; atendimento às exigências normativas e aos princípios da legalidade, transparência, eficiência e segurança da informação; e viabilização de auditoria independente e tempestiva do sistema de votação.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual **2026**, conforme detalhamento a seguir:

I) ID PCA no PNCP: 33665647000191-0-000001/2026;

II) Data de publicação no PNCP: 11/12/2025;

III) Id do item no PCA: 49;

IV) Classe/Grupo: 111 - SERVIÇOS DE DESENVOLVIMENTO E MANUTENÇÃO DE SOFTWARE;

V) Identificador da Futura Contratação: 925175-48/2026;

2.3. O objeto da contratação também está alinhado com a Estratégia de Governo Digital 2024-2027 e em consonância com o Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (PDTIC) 2026 do Conselho Federal de Engenharia e Agronomia que se encontra em elaboração, conforme tratado no processo SEI nº 00.000982/2026-87.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

3.2. A solução de TIC consiste na contratação de serviço especializado para a realização de eleições eletrônicas via internet, abrangendo a disponibilização, configuração, operação e suporte de sistema eletrônico de votação, desenvolvido especificamente para atendimento às regras, procedimentos e requisitos normativos do Processo Eleitoral do Sistema Confea/Crea e Mútua.

1. A solução deverá contemplar, de forma integrada, software de votação eletrônica, infraestrutura tecnológica adequada, mecanismos de segurança da informação, serviços de comunicação com os eleitores, atendimento e suporte técnico multicanal, bem como recursos de monitoramento, auditoria e geração de relatórios, de modo a garantir a integridade, o sigilo, a unicidade do voto, a alta disponibilidade do sistema e a transparência do processo eleitoral.
2. O sistema deverá permitir a parametrização completa do processo eleitoral, considerando as decisões plenárias aplicáveis, os cargos em disputa, as modalidades profissionais, as unidades federativas envolvidas e as regras próprias do Regulamento Eleitoral do Sistema Confea/Crea e Mútua, possibilitando a realização de múltiplos ciclos eleitorais ao longo da vigência contratual.
3. A solução inclui, ainda, a prestação de serviços técnicos especializados nas fases de planejamento, preparação, testes, homologação, execução, acompanhamento e encerramento de cada eleição, assegurando suporte contínuo aos usuários e à Administração, bem como a disponibilização de informações e evidências necessárias à atuação de auditoria independente, conforme exigido pelas normas eleitorais vigentes.
4. Todos os componentes da solução deverão operar de forma integrada e coordenada, sob responsabilidade da contratada, de modo a reduzir riscos operacionais, assegurar a continuidade do negócio, preservar a confiabilidade dos resultados e atender aos princípios da legalidade, eficiência, segurança da informação e transparência administrativa, ficando o detalhamento dos quantitativos de bens e serviços a ser definido em etapa posterior deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. O sistema de controle eleitoral, em ambiente web, deverá abranger os módulos abaixo discriminados, os quais estão detalhados no item "MÓDULOS E CASOS DE USOS BÁSICOS DO SISTEMA" deste documento.

1. **Eleição:** este módulo deverá ser utilizado para o controle e realização do processo eleitoral no dia da eleição.
2. **Candidato ou chapa:** este módulo deverá ser utilizado para o controle de todos os candidatos ou chapas a cargo eletivo na eleição.
3. **Usuário:** este módulo deverá ser utilizado para garantir que os usuários do sistema disponham de funcionalidades do seu perfil de acesso.
4. **Administração do Sistema:** este módulo deverá ser utilizado para possibilitar a configuração, cadastramento e monitoramento de todas as informações necessárias para o controle do processo eleitoral.
5. **Resultados:** este módulo deverá ser utilizado para possibilitar a totalização dos resultados da eleição.
6. **Estatísticas/Relatórios:** este módulo deverá ser utilizado para disponibilizar informações estatísticas (parciais /totais) do processo eleitoral, além de relatórios gerenciais e finais para homologação do processo eleitoral.

4.2. CONCEITOS INERENTES AO OBJETO DESTE TERMO DE REFERÊNCIA

1. **Voto:** poderá ser entendido, nos serviços de natureza similar, a um evento cuja execução tenha sido realizada por uma pessoa física, de forma manual por meio de página web (formulário) específica, disponível no serviço. Tal evento deverá ser único para cada pessoa que o tenha realizado, sendo vedado que seja repetido ou alterado posteriormente, pela mesma pessoa ou por outrem.
2. **Eleitor:** poderá ser entendido, nos serviços de natureza similar, a uma pessoa física que tenha realizado a execução do evento de caráter único.

4.3. ITENS DO SERVIÇO

1. O serviço deverá contemplar os seguintes itens para efetivação do objeto:
 1. Levantamento dos requisitos necessários para a criação da aplicação que atenda o Termo de Referência e seus anexos;
 2. Fornecimento e customização do sistema de controle eleitoral;
 3. Fornecimento de infraestrutura de datacenter;
 4. Conformação técnico-legal de todo o ambiente de produção necessário para a execução do serviço discriminado neste Termo de Referência, dentre os quais cita-se:
 1. Servidores;
 2. Aplicações e sistemas;
 3. Alocação de sistemas operacionais;
 4. Alocação de sistemas gerenciadores de banco de dados;
 5. Dispositivos de segurança;
 6. Ativos de rede;
 7. Alocação de meios de comunicação de dados;
 8. Alocação de servidores de aplicação;
 9. Alocação de servidores de banco de dados;
 10. Alocação de servidores de balanceamento de carga (load balance);
 11. Alocação de certificados digitais para servidores de aplicação;
 12. Alocação de concentradores (switches);
 13. Alocação de firewall de alta disponibilidade.
 5. Execução de testes funcionais e unitários;
 6. Homologações do sistema (aplicação e infraestrutura);
 7. Execução de procedimento de stress do sistema;
 8. Emissão de relatórios sobre testes e homologações;
 9. Execução de simulação do processo eleitoral;
 10. Inicialização do sistema para o pleito;

1. Cadastro de candidatos ou chapas e seus currículos;
2. Cadastro de eleitores;
11. Criação de credenciais;
 1. Geração de logins;
 2. Emissão de senhas;
12. Acompanhamento do processo eleitoral;
 1. Oferecimento de serviço de call center e suporte de segundo nível;
 2. Emissão de relatórios estatísticos e de resultados;
 3. Fornecimento de banco de dados contendo a relação de eleitores que votaram, em formato: “.xlsx” ou “.csv”;
 4. Entrega de aplicação com a base de dados contendo os comprovantes de votos dos profissionais após a eleição para ficar armazenada no Confea e possibilitar pesquisa futura e acesso ao comprovante de voto;
 5. Encerramento do sistema.

4.4. LINGUAGEM DE DESENVOLVIMENTO DO SISTEMA E DO AMBIENTE OPERACIONAL

1. **Linguagem das Aplicações:** opção do fornecedor;
2. **Controle de Acesso:** controle de privilégios de acesso aos recursos de sistema acessado somente via certificado digital;
3. **Banco de Dados:** a ser definido pelo fornecedor;
4. **Servidor de Aplicação:** a ser definido pelo fornecedor;
5. **Sistema Operacional:** a ser definido pelo fornecedor;
6. **Ferramenta de relatório:** gerador em PDF (escolha livre do fornecedor);
7. Páginas HTML de interface com o usuário;
8. **Cliente:** linguagem Javascript para a validação de campos de formulários HTML e para a implementação de detalhes da interface, tais como: operação dos menus de navegação e ativação de janelas de listas de valores;
9. Mesmo havendo validação em javascript (client-side) dos FORMULÁRIOS HTML, deve também haver validação dos DADOS provenientes destes formulários no lado servidor (server-side).

4.5. INFRAESTRUTURA TECNOLÓGICA E AMBIENTE COMPUTACIONAL

1. A Contratada deverá responsabilizar-se pela alocação dos equipamentos e das licenças de todos os programas necessários para a realização do objeto;
2. Não será admitida em nenhuma hipótese a utilização de programas não licenciados na execução do contrato, estando a Contratada sujeita às penalidades previstas em legislação específica;
3. A Contratada deverá comprovar a propriedade do data center ou apresentar contrato de locação vigente durante um período de pelo menos 60 (sessenta) dias anteriores às Eleições e de 30 (trinta) dias após as Eleições;
4. A Contratada deverá disponibilizar, à Auditoria, acesso físico ou remoto aos servidores e serviços, no período em que se fizer necessário;
5. Aos membros do Confea, em especial a Equipe de Planejamento da Contratação e/ou a Comissão Eleitoral Federal, também poderá ser concedido o acesso do item anterior;
6. Os acessos deverão ser agendados com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas; e
7. A aplicação deverá dar suporte a:
 1. Smartphones e tablets, via navegadores (sem a necessidade do votante efetuar nenhum tipo de alteração/customização nas configurações do aparelho para acessar o ambiente) ou aplicativos;
 2. Navegadores Microsoft Edge, Firefox versão 60.0 ou superior, Chrome 75.0 ou superior, Safari 12.0 ou superior;
 3. Marcador HTML a partir da versão 5 ou Marcador XHTML a partir da versão 1.1.
 4. A aplicação deverá possuir layout responsivo.

8. O processo eleitoral deverá ser baseado em ambiente operacional (sistemas básicos, linguagens, bancos de dados, firewall, link de internet, infraestrutura física e lógica, certificados, demais recursos de software, hardware e de segurança) que atenda aos requisitos inerentes à consecução satisfatória das eleições;
9. Todos os recursos requeridos para a execução do serviço serão custeados pela Contratada.

4.6. MÓDULOS E CASOS DE USOS BÁSICOS DO SISTEMA

1. O Confea fornecerá as informações, na forma de exportação de dados, para que seja realizada as importações necessárias aos módulos do sistema automatizado para o processo eleitoral. Ao final da eleição, o sistema eleitoral, objeto deste estudo, deve exportar o resultado da eleição e dos votos computados.
2. **Módulo Eleição:**
 1. O módulo "Eleição" deverá ser utilizado para o controle e realização do processo eleitoral no dia da eleição, além de possibilidade de consulta, impressão e gravação em arquivo PDF do seu comprovante do voto após o dia da eleição; O módulo deverá ser composto de diversas funcionalidades, tais como:
 1. Votar;
 2. Instruções iniciais com o registro dos candidatos/chapa aos cargos em disputa;
 3. Voto nos candidatos ou chapas, exibindo todos os candidatos ou chapas cadastradas na circunscrição do estado, na ordem a ser informada posteriormente, pela Comissão Eleitoral Federal após sorteio desta ordem com a participação dos candidatos;
 4. Instruções para confirmação, cancelamento da opção de voto selecionada, voto nulo e voto em branco, com a individualização do eleitor por usuário e senha ou outro método escolhido pelo CONFEA;
 5. Imprimir e/ou gravar a imagem do comprovante de voto;
 6. Permitir imprimir segunda via do comprovante de voto;
 7. Confirmar registro de voto (somente após o término do pleito);
 8. Confirmar voto no total de votos computados (somente após o término do pleito);
 9. Consultar eleitor por nome completo ou CPF, visualizando as seguintes informações: Nome; Crea de origem; Número de Registro Profissional; e Situação eleitoral;
 2. O número de CPF do profissional registrado e em dia com as obrigações perante o Sistema Confea /Crea, até 30 (trinta) dias antes da data da eleição, será utilizado como chave de autenticação para localização na base de dados do sistema de votação eletrônica;
 3. O processo de autenticação deverá permitir a autenticação de duplo fator, onde será enviado um código único ao eleitor através de mensagem de texto ou para o e-mail pessoal do eleitor.
 1. O envio do código de autenticação (token) será realizado exclusivamente por meio de e-mail ou SMS e estará condicionado à solicitação individual e expressa do próprio profissional (usuário) no momento da votação;
 2. O código de autenticação (token) será gerado em formato que facilite sua inserção manual e possuirá prazo de validade reduzido (a ser definido pela Contratante), de modo a garantir a efetividade e a segurança do processo de votação;
3. **Módulo Candidato ou Chapa:**
 1. O módulo "Candidato" ou "Chapa" deverá ser utilizado para o controle de todos os candidatos ou chapas a cargos eletivos na eleição.
 2. O módulo deverá ser composto de diversas funcionalidades, tais como:
 1. Submeter inscrição de chapa, no CONFEA e nos CREAs com campos para envios de documentos individuais ou múltiplos;
 2. Emitir comprovante de inscrição de chapa;
 3. Divulgar chapas inscritas no CONFEA;
 4. Divulgar chapas inscritas por CREA;
 5. Impugnação de candidato;
 6. Emitir comprovante de impugnação de candidato;
 7. Verificar o deferimento ou indeferimento da chapa;
 8. Consultar, após escolhido um CREA ou CONFEA conforme o caso, candidatos por chapa, nome;
 9. Permitir visualizar dados resumidos e completos dos candidatos.
 10. Formulário para preenchimento de dados para a candidatura da chapa;
 11. Painel de administração para visualização e conferência das candidaturas submetidas;

12. Painel de administração para aprovar, recusar ou recurso para as candidaturas submetidas com campo de envio de documentos para Comissão Eleitoral;
13. Painel de administração com possibilidade de realizar download de arquivo único PDF com documentos submetidos por candidatura;
3. Observação: A data e a hora de cadastramento da chapa será registrada com base no horário local de Brasília-DF.
4. **Módulo de Usuário:**
 1. O módulo "Usuário" deverá ser utilizado para garantir que os usuários do sistema disponham de funcionalidades do seu perfil de acesso.
 2. O colégio eleitoral será importado no módulo de "Administração do Sistema" e não poderá ser incluído um novo eleitor pelo módulo de "Usuário". O módulo deverá ser composto por funcionalidades, tais como:
 3. Cadastrar/Alterar/Consultar usuários administradores do sistema (exceto eleitores);
 4. Cadastrar/Alterar/Consultar perfis de acesso;
 5. Relacionar usuários aos perfis de acesso (exceto eleitores);
 6. Alterar/recuperar a senha, em caso de necessidade/esquecimento (exceto eleitores).
 7. Gerar senha provisória, mediante critérios definidos pelo Confea, enviando via SMS para celular cadastrado após aquela ação ou já existente na base, ou também por e-mail.
 8. O envio da primeira senha provisória (senha fornecida para o primeiro acesso do eleitor ao sistema) será por e-mail e SMS.
 9. Gerar senha provisória, mediante dados previamente inseridos como e-mail e/ou SMS, através do meio selecionado pelo eleitor;
 10. Registro de senha definitiva por meio de alteração de senha, mediante inserção da última senha provisória enviada ao usuário, ou definitiva anteriormente definida.
 11. O envio de SMS deve ser permitido inclusive para telefones celulares de outros países.
5. **Módulo de Administração do Sistema:**
 1. O módulo "Administração do Sistema" deverá ser utilizado para possibilitar a configuração, importação e monitoramento de todas as informações necessárias para o controle do processo eleitoral.
 2. O módulo deverá ser composto por funcionalidades, tais como:
 3. Consultar eleições (painel de acompanhamento da evolução de votantes);
 4. Consultar troca de senha (painel de acompanhamento da evolução de votantes);
 5. Cadastrar/Alterar/Consultar membros da Comissão Eleitoral;
 6. Cadastrar/Alterar/Consultar Confea;
 7. Consultar/Listar eleitores que votaram;
 8. Consultar confirmação de voto de eleitor;
 9. Consultar voto de eleitor no total de votos;
 10. Rotina para geração de logins dos eleitores;
 11. Rotina para emissão de senhas prévias dos eleitores;
 12. Rotina para geração de mala direta de eleitores;
 13. Cadastrar/Alterar/Consultar perfil de acesso;
 14. Cadastrar/Alterar/Consultar usuários do sistema;
 15. Importar dados dos eleitores aptos a votar, contendo, obrigatoriamente, os seguintes dados: Nome; CPF; Número de Registro Profissional; E-mail; Telefone (s) celular (es); Crea/UF de origem; e Cidade
 16. A ferramenta deverá possibilitar a inclusão de subdivisões, como: regiões metropolitanas; zonas geográficas (norte, sul, centro, etc.) e outras subdivisões a serem definidas pelo Regional.
 17. Inclusão de resoluções, avisos ou outras comunicações oficiais a serem feitas pela Comissão Eleitoral Federal ou pelo Confea;
 18. Gerar login e gerar e remeter senha para eleitor, via SMS e/ou e-mail;
 19. Não permitir que dados de contatos duplicados sejam utilizados para distribuição de senhas na base de dados. Dados de contatos duplicados serão inabilitados durante a consolidação da importação de eleitores;
 20. Cadastrar/Alterar/Impugnar candidatos ou chapas, devendo armazenar os seguintes dados: Nome do candidato ou chapa; Crea/UF (Sigla); Número de registro profissional; Foto; Número ou chapa do candidato; Cargo ou Chapa eletiva; Tipo de mandato; e Tempo de mandato (em anos);
 21. Cadastrar/Alterar/Impugnar candidato ou chapa, devendo armazenar os seguintes dados: Número do candidato ou chapa; Crea/UF (Sigla); Nome do candidato ou chapa; e Descritivo (carta de apresentação e /ou Plano de trabalho);

22. Controlar acesso por meio de definição de privilégios e perfil de usuários;
23. Suspender divulgação de resultado (por Crea, por candidatura), conforme decisão judicial ou administrativa da Comissão Eleitoral Federal do Confea ou de seu Plenário;
24. Geração de zerésima e encerramento de eleições, por meio exclusivo de chave privada.
25. Homologação para alterações realizadas no próprio módulo de Administração do Sistema, por parte dos usuários do Confea.
26. A importação dos dados de eleitores deve ser possível por meio de arquivo no formato .csv. O sistema deve ser capaz de realizar ainda a importação por meio de serviços SOAP ou HTTP, possuindo gerador de web services com suporte aos formatos de arquivos de texto XML e JSON.
27. Cada voto deverá registrar, a data e hora da votação;
28. A data e a hora de votação será registrada com base no local de cada estado, devendo constar o time zone.
29. O módulo deve possuir condições de permitir importações realizadas por diversos usuários, com certificado digital;

6. Módulo Resultados:

1. O módulo “Resultados” deverá ser utilizado para possibilitar a totalização dos resultados por candidato ou por chapa.
2. O módulo deverá ser composto por funcionalidades, tais como:
3. Consultar resultados dos votos por candidato ou por chapa do processo eleitoral eletrônico;
4. Totalizar os resultados dos votos por candidato ou por chapa ao cargo;
5. O resultado da eleição deverá ser apresentado, por cidade, como padrão. No entanto, caso o Conselho Regional tenha estabelecido subdivisões, o resultado deverá considerar o menor nível de detalhamento informado.
6. Validar/criticar totais de votos com a quantidade de eleitores habilitados nos Creas e no sistema (senha válida).
7. Ao final do processo eleitoral, o módulo “Resultados” deverá ser disponibilizado em formato HTML, com os resultados totais por candidato ou por chapa, a fim de que o Confea disponibilize em seu sítio por período que julgue necessário.

7. Módulo Estatísticas/Relatórios:

1. O módulo “Estatísticas/Relatórios” deverá ser utilizado para disponibilizar informações estatísticas (parciais/totais) do processo eleitoral, além de relatórios gerenciais e finais para homologação do processo eleitoral.
2. O módulo deverá ser composto por funcionalidades, tais como:
3. Gerar estatísticas diversas para visualização on-line;
4. Totalização por candidato ou por chapa;
5. Percentual de votos registrados por candidato ou por chapa;
6. Formato gráfico e tabulado;
7. Gerar relatórios PDF;
8. Eleitores votantes por candidato ou por chapa, contendo o número de votos válidos, brancos e nulos, especificando o número de votos em cada um dos candidatos e/ou chapa;
9. Resultado por candidatos ou por chapas;
10. Relatórios de informações referentes aos módulos “Administração do Sistema” e “Resultados”;
11. Relatórios de não votantes; e
12. Demais relatórios gerenciais quando do levantamento de requisitos.
13. Durante o período de votação, a Contratada deverá apresentar uma página WEB com um gráfico geral do quantitativo de votos e uma tabela com as parciais do quantitativo de votos por Estado, com atualizações a cada 2 minutos. O link dessa página deverá ser disponibilizado no próprio sítio da votação ou no portal do Confea.

4.7. DA ANÁLISE E LEVANTAMENTO DE REQUISITOS

1. Esta etapa tem o objetivo de levantar os requisitos e regras de negócio do sistema para possibilitar a implementação do modelo de dados do projeto, e detalhar as funcionalidades necessárias para o sistema eleitoral, considerando como documento básico para esse trabalho o Regulamento Eleitoral das Eleições do Sistema Confea/Crea, aprovado pela Resolução nº 1.114, de 2019 - Regulamento Eleitoral, que se encontra

disponível no site <https://normativos.confea.org.br> através de consulta específica, atendendo de forma integral e observando os requisitos previstos para o sistema automatizado para o processo eleitoral.

2. Características Gerais:

1. Detalhamento do processo eleitoral atual;
2. Caracterização do voto secreto como norma;
3. Processo de registro de candidatos/chapas;
4. Atendimento de segundo nível de auxílio ao Confea em relação sistema de votação;
5. Realização das Eleições do Sistema Confea/Crea 2025 serão realizadas pela rede mundial de computadores (internet), no dia 16 de julho de 2025, sendo que o ambiente de votação poderá ser acessado pelos eleitores a partir das 8h (oito horas) e será bloqueado às 19h (dezenove horas), observado o horário oficial de Brasília - DF, sem realização de segundo turno, atendendo a:
6. Infraestrutura tecnológica (hardware / software / comunicação);
7. Verificação e controle do ambiente operacional no data center;
8. Monitoramento integral dos processos eletivos no período de 08h00 (oito horas) até as 19h00min (dezenove horas), horário de Brasília, no dia da eleição;
9. Disponibilidade do sistema eleitoral até 30 (trinta) dias após os pleitos, para emissão das listas de votantes, pelo Confea, bem como de emissão de comprovantes de voto pelos votantes.

4.8. REQUISITOS

1. O sistema de votação deverá ser baseado em ambiente operacional (sistemas básicos, linguagens, bancos de dados, firewall, link de internet, infraestrutura física e lógica, certificados, demais recursos de software, hardware e de segurança) que atenda aos requisitos inerentes à consecução satisfatória das eleições.
2. Todos os recursos requeridos para a execução do serviço serão custeados pela contratada.

4.9. SEGURANÇA

1. Os seguintes elementos devem ser garantidos no que se refere à segurança do processo:
2. Garantia da unicidade do voto com recursos de crítica e impedimento de um mesmo eleitor votar duas ou mais vezes, avisando-o sobre a ocorrência deste fato:
 1. Esse processo deve ser feito por meio de realização de assinatura digital de cada voto, sendo utilizado um certificado digital único, emitido em nome do eleitor, pelo sistema (AC Privada).
 2. Apenas o eleitor deverá ter a posse da chave privada do seu certificado digital.
 3. Garantia do cômputo de cada voto no total geral dos votos;
 4. O sistema deverá garantir que o voto realmente foi computado para o candidato ou chapa escolhida pelo eleitor;
 5. Criptografia de dados sensíveis na comunicação entre a estação (computador) utilizada pelo eleitor e os servidores onde o voto será armazenado utilizando chaves assimétricas;
 6. Criptografia de toda a comunicação entre a estação (computador) utilizada pelo eleitor, até o momento da apuração do voto, sem possibilidade de revelação do candidato ou chapa que o eleitor escolheu;
 7. Checagem da identidade do eleitor (login e senha);
 8. Possibilidade de verificar a identidade (login) por meio de utilização de certificado digital da ICP Brasil local, inclusive certificado em nuvem, a exemplo do e-CPF, como meio de autenticação do eleitor no processo eleitoral;
 9. O login utilizando e-CPF deve gerar uma assinatura digital utilizando o padrão CAdES como evidência da utilização do certificado;
 10. Módulo de identificação positiva com duplo fator de autenticação, ou seja, possuir MFA (múltiplo fator de autenticação);
 11. Possibilidade de credenciamento de senha por um período anterior ao da eleição, viabilizando a troca da senha para uma conhecida pelo eleitor;
 12. Para fins de auditoria posterior, a assinatura resultante do login com o certificado digital deverá ser armazenada e seguir o padrão ICP Brasil.

13. Implementação de mecanismos de segurança de rede para detectar e repudiar ataques de negação de serviço (DOS e DDOS) durante o período aberto a votação, evitando a indisponibilidade do sistema e consequente impedimento do seu uso por eleitores legítimos;
14. Prover segurança contra ataques de Furto de dados, Interceptação de tráfego, Exploração de Vulnerabilidades (de Hardware e Software - Exploits), Ataque de força bruta, Ataque de personificação (substituir um dispositivo de rede para induzir outros a se conectarem a este, ao invés do dispositivo legítimo);
15. Deverá implementar também o monitoramento de endereços IPs de origem, fazendo análises para inclusão e remoção desses IPs em White, Black e Grey Lists;
16. Registro, em arquivo log, dos acessos realizados no módulo de votação, guardando a data, hora e endereço do IP utilizado pelo usuário para votar, justificar ou imprimir comprovante do voto. Deve-se registrar inclusive as tentativas para acesso ao sistema;
17. Os registros de log armazenados no sistema devem estar protegidos por mecanismos criptográficos que permitam verificar caso os mesmos tenham sido alterados, removidos ou inseridos de alguma forma que não seja pelo próprio sistema;
18. A empresa fornecedora do sistema eleitoral deve garantir, de forma criptográfica, a impossibilidade em incluir, alterar ou remover qualquer registro de log do sistema sem que isso seja detectado pela auditoria e sem a dependência do administrador do sistema;
19. Instalação de certificado digital fornecido pela contratada para o servidor de aplicação;
20. Os certificados digitais necessários para a criptografia da comunicação deverão ser fornecidos pela Contratada;
21. Geração de um par de chaves (pública/privada) para o sistema eleitoral, permitindo a proteção das informações até o momento da apuração;
22. A chave privada do sistema eleitoral só poderá ser acessível pelos membros da CEF - Comissão Eleitoral Federal do Confea;
23. O sistema deverá possuir a possibilidade de 4 usuários terem habilitação para inserção da chave criptográfica, sendo que o sistema permitirá que apenas a presença de dois deles seja suficiente;
24. Os votos devem ser criptografados com a chave pública do sistema eleitoral.
25. Sem o fornecimento da chave privada da eleição em posse da comissão eleitoral, deve ser impossível para o sistema eleitoral apurar o resultado da eleição;
26. O voto deve ser imediatamente encriptado no navegador ou em outro dispositivo utilizado para o acesso ao sistema eleitoral. Quando o sistema eleitoral receber o voto, ele não deve ser capaz de decriptá-lo até o momento da apuração;
27. Impedimento de acesso às bases de dados que contenham as senhas e credenciais de login até o encerramento do pleito;
28. Em nenhum momento será possível ao administrador do sistema verificar ou alterar o conteúdo de um voto dentro do sistema eleitoral de forma que esta operação não possa ser detectada pela auditoria e pelos registros armazenados no sistema eleitoral;
29. Geração das senhas que serão fornecidas para os eleitores, de acordo com os seguintes critérios:
30. A senha gerada para um eleitor será única (ou seja, nenhum outro eleitor receberá a mesma senha ainda que a chave de login no sistema seja diferente);
31. A senha de cada eleitor ficará armazenada e criptografada na infraestrutura que hospedará o sistema, e somente poderá ser utilizada uma única vez para votar;
32. A senha de cada eleitor ficará armazenada em forma de hash para ser possível somente comparação;
33. Emissão eletrônica, para cada eleitor, de comprovante de votação, informando a data, hora e endereço IP utilizado;
34. O comprovante de votação deverá informar um código, único para cada eleitor, de maneira que o mesmo possa verificar no portal do sistema que seu voto foi realmente computado;
35. Durante o período de votação, os servidores e/ou Máquinas Virtuais utilizados para hospedar a solução não poderão ser acessados para administração por meio do sistema operacional ou serviço, via shell, acesso remoto, ou qualquer outro serviço de manipulação de arquivos de sistema ou binário de execução tais como: FTP, SFTP e outros;
36. Durante o período eleitoral (período de votação), o único acesso permitido ao SGBD da solução será da própria aplicação, sendo vedado qualquer outro acesso ao banco de dados;
37. Utilização de Firewall de aplicação (WAF) em todos os servidores;

4.10. DESEMPENHO/PERFORMANCE

1. Para atendimento da capacidade de execução do sistema automatizado eleitoral, devem ser verificados os seguintes requisitos:
 1. A infraestrutura utilizada (servidores, equipamentos, sistemas, aplicações, firewall e meios de comunicação de dados) deverá suportar, no mínimo, 500 (quinhentas) conexões simultâneas;
 2. A aplicação deverá realizar pelo menos 4.500 (quatro mil e quinhentas) transações completas por minuto;
 3. Define-se transação completa o processo: Autenticação do Eleitor, Efetuação do Voto e Emissão de comprovante de Votação;
 4. A aplicação desenvolvida deverá possuir tempo de resposta de, no máximo, 2 (dois) segundos para cada transação completa;
 5. A aferição desse item será feita em ambiente de rede local, por ocasião das validações assistidas pela auditoria contratada;
 6. O credenciamento do eleitor no site (habilitação para votar mediante digitação de login e senha) deverá ocorrer em, no máximo, 1 segundo;
 7. O ambiente que operará a solução automatizada das eleições deverá suportar votação de 278.064 (duzentos e setenta e oito mil e sessenta e quatro) eleitores durante o pleito; e
 8. A contratada deverá disponibilizar versão inicial para recebimento da base de dados inicial em até 10 (dez) dias após assinatura do contrato, ou conforme cronograma a ser disposto no Termo de Referência;
 9. A contratada deverá disponibilizar a aplicação customizada/personalizada em sua versão final (versão de produção) para testes e auditoria no máximo, até 15 (quinze) dias corridos após o início da vigência do contrato, ou conforme cronograma a ser disposto no Termo de Referência.

4.11. DISPONIBILIDADE

1. A infraestrutura utilizada deverá estar hospedada em data center que atendam aos requisitos de segurança e de performance supracitados e ainda comprovem documentalmente:
 1. Quanto à hospedagem da solução automatizada para os processos eleitorais, certificados em vigor, baseados na norma ANSI/TIA 942 ou equivalente que se aplica a infraestrutura de um data center, que comprovem que a infraestrutura do local de hospedagem da solução possua:
 2. Capacidade de execução, sem interromper a operação dos serviços contratados, de manutenções preventivas e corretivas de forma programada, de conserto, de troca, de remoção ou de inclusão de elementos em ambiente de produção, de teste dos componentes físicos e lógicos do sistema;
 3. Mais de uma via de distribuição de energia;
 4. HVAC, quadros de distribuição, gerador e UPS redundantes;
 5. Alimentação dual para todos os equipamentos de TI;
 6. Cabeamento estruturado que seja dedicado para os serviços contratados; e
 7. Disponibilidade mínima de 99,9% para o dia da eleição (mensuração diária).
 8. Quanto à informação e aos processos relacionados à hospedagem e continuidade dos serviços mantidos pelo data center, certificado (s) em vigor, baseados nas normas ISO 9001 e 27002, ou normas equivalentes, que comprove(m) a gestão da segurança da informação e da qualidade dos processos;
 9. Além dos requisitos acima, devem ser identificados os seguintes critérios:
 10. A infraestrutura deverá possuir link redundante de pelo menos 32Mbit/s (16+16);
 11. A redundância e a alta disponibilidade deverão cobrir todos os componentes, especialmente servidores web, firewall, servidores de bancos de dados, e switches; e
 12. A aplicação e a infraestrutura que a suportar deverão implementar mecanismo de sincronização de relógio, de maneira a garantir que o horário de início e de término da votação ocorra de acordo com os tempos e o fuso especificados para cada eleição.

4.12. AUDITORIA DA INFRAESTRUTURA E DA APLICAÇÃO

1. A aplicação e a infraestrutura serão auditadas por empresa especializada contratada especificamente para essa finalidade com o objetivo de aferir o atendimento das exigências do Edital, do Termo de Referência e seus anexos;

2. A Contratada deverá apresentar para a Auditoria, relatório detalhado da aplicação e da infraestrutura.
3. A Auditoria analisará:
4. A infraestrutura física do data center;
5. A qualidade dos equipamentos;
6. A conexão entre os equipamentos;
7. A capacidade dos links com a Internet;
8. A aderência da infraestrutura aos requisitos estabelecidos no termo de referência do sistema automatizado para o processo eleitoral e seus anexos;
9. A aderência ao processo de desenvolvimento definido em pré-projeto;
10. Concepção do código-fonte, conforme estabelecido em levantamento de requisitos funcionais e não funcionais;
11. O desempenho da aplicação;
12. Teste de carga;
13. Atualizações de segurança;
14. Hardenização;
15. Licenciamentos;
16. Integridade de arquivos de log;
17. Em bancos de Dados (SGBDR): Espelhamento; Integridade referencial; e Assinatura digital dos registros no arquivo de log;
18. Após o término do processo eleitoral, as máquinas serão auditadas para conferência e a verificação dos códigos e assinaturas (hash) anteriormente identificados, com o objetivo de comprovar que não houve qualquer variação ou modificação daquilo que fora verificado na véspera imediata à abertura do pleito.
19. A Auditoria emitirá um relatório formal onde constarão as conformidades e não conformidades em relação ao Edital e ao Termo de Referência.
20. O relatório será apresentado em reunião da Comissão Eleitoral Federal, na sede do Confea, cujo conteúdo será lavrado em ata.
21. A CEF poderá, eventualmente, ter conhecimento e deliberar sobre o relatório, por e-mail, à Contratada e à Auditoria, com o objetivo de acatar, redefinir e estabelecer os procedimentos corretivos ou preventivos que deverão ser executados.
22. No caso de o relatório apresentar alguma não conformidade em relação ao Edital ou ao Termo de Referência as seguintes ações devem ser tomadas:
23. A empresa contratada terá o prazo de 5 (cinco) dias corridos para sanar as não conformidades e disponibilizar a infraestrutura e a aplicação para outro processo de auditoria; e
24. Caso as não conformidades não sejam sanadas nessa oportunidade ou novas não conformidades sejam encontradas, a Contratada estará sujeita às sanções previstas no Contrato, sem se desobrigar da necessidade de corrigir tais não conformidades.
25. A aplicação, durante sua fase de desenvolvimento/customização, deverá ser submetida a testes de carga, conforme roteiro da prova de conceito descrita em item específico deste estudo.
26. Todos os testes e provas previstos no termo de referência serão acompanhados pela Auditoria.

4.13. RECURSOS ESSENCIAIS DO OBJETO

1. **Cadastramento de candidatos:**
 1. Formulário Web;
 2. Importação de Base de Dados do Confea.
2. **Cadastramento de Eleitores:**
 1. Formulário Web;
 2. Importação de Base de Dados do Confea.
3. **Habilitação de Eleitores:**
 1. Emissão de logins.
 2. Emissão de senhas.
4. **Votação em ambiente WEB:**
 1. Painel de Acompanhamento e de Resultados Finais;
 2. Rotinas de Auditoria;
 3. Cronograma de Execução do Projeto ora licitado;
5. **Operacionalização:**

1. Disponibilização de equipe técnica para monitoramento do processo;
 2. Atendimento aos eleitores em geral durante o período da eleição; e
 3. Monitoramento da consolidação da votação e atendimento as dúvidas referentes ao painel de acompanhamento.
6. **Gestão do Processo Integrado:**
1. Atendimento às ocorrências em tempo real;
 2. Monitoramento do tráfego de dados;
 3. Acompanhamento on-line do Painel Central de Apuração;
 4. Registros de ocorrências e respectivos relatórios;
 5. Confirmação de resultados e relatório de pronunciamento formal.
 6. O Sistema eletrônico computacional de eleições em ambiente web a ser contratado deverá observar o Regulamento Eleitoral do Confea, de modo a atendê-lo integralmente.
 7. A Contratada deverá confeccionar e disponibilizar tutoriais no idioma português utilizado no Brasil, de forma a orientar a utilização do sistema aos eleitores dos Creas e aos usuários do Confea.

4.14. SERVIÇO DE CALL CENTER DE SUPORTE DE SEGUNDO NÍVEL

1. A empresa contratada para executar o sistema automatizado para o processo eleitoral deverá prestar serviço complementar de auxílio aos eleitores, via telefone, e-mail e web chat.
2. A consulta via telefone deve ser do tipo 0800, ou seja, sem custo de ligação para o eleitor, inclusive para ligações originadas a partir de um telefone celular.
3. A empresa contratada deverá atender às demandas relativas à disponibilidade do serviço e demais orientações sobre o sistema eleitoral.
4. A empresa contratada deverá oferecer solução de chatbot para o atendimento inicial com disponibilização das dúvidas mais frequentes e caso esta não seja solucionada pelo bot, deve ser direcionado ao atendente da empresa;
5. A árvore de intents, ou seja, as possibilidades e propósitos que o Chatbot pode apresentar ao eleitor, deve ser de conhecimento e homologada pelo Confea, de acordo com as características do processo eleitoral (prazos, regimentos e possibilidades);
6. O uso de chatbot não exime a supervisão e disponibilização, mesmo que em menor número, de atendentes humanos, a serem acionados nos casos que desejarem prosseguir o atendimento ou casos que sejam omissos na “árvore de intents”;
7. O tempo de resposta do chatbot também deve ser performático, mantendo a agradabilidade do seu atendimento.
8. A sessão de uso tem início com a interação do consumidor com o chatbot. E uma interação corresponde à uma sessão e não à uma mensagem trocada com o atendente, logo, entende-se como “interação” de Chatbot a sessão na qual o cidadão percorreu do início ao fim o fluxo de atendimento do chatbot (incluindo os gatilhos de encerramento, como por exemplo: tempo de inatividade da sessão; desvio para chat humano, etc);
9. Este serviço é comumente denominado suporte de segundo nível.
10. O atendimento personalizado aos eleitores deverá ocorrer no período de 4 dias durante a semana do pleito eleitoral:
 1. De 8 às 18h, pelo horário de Brasília/DF, no período de 3 dias que antecede a eleição.
 2. De 8 às 19h, pelo horário de Brasília/DF, no dia da eleição.
11. Disponibilização de página de perguntas mais frequentes para o serviço de call center com roteiros de orientação para operações básicas de análise e configuração de navegadores, bem como outras orientações para saneamento de problemas mais comuns.
12. Será elaborado pela Contratada um script sobre as principais dúvidas em relação ao processo eleitoral (perguntas e respostas).
13. Tempo máximo de espera por chamada: 5 (cinco) minutos, com mensagem programada para indicar a posição do usuário na fila e informando sobre a disponibilidade da FAQ para dúvidas mais comuns.
14. Perfil dos atendentes: perfil padrão de atendimento de call center, escolaridade nível médio, idioma português, ressaltando que o atendimento deverá ser feito com cordialidade e educação.
15. A contratação dos atendentes será de responsabilidade da Contratada e deverá seguir a legislação que rege a atividade.

16. A localização do serviço de atendimento será de responsabilidade da Contratada, devendo atender plenamente aos serviços exigidos.
17. A Contratada deverá emitir e fornecer relatórios dos atendimentos, elencando os grupos de solicitações, números totais de atendimentos por canal, bem como seus tempos médios e totais de atendimentos e pelo chatbot.

4.15. SERVIÇO DE SMS (SHORT MESSAGE SYSTEM)

1. Serviço de envio/recepção de mensagens curtas de texto - SMS (Short Message System) para terminais móveis (serviço móvel pessoal e serviço móvel empresarial), utilizando conexão direta e homologada para serviço de SMS Corporativo com as operadoras atuantes no Brasil, com Short Code - LA (Large Account), e enviada para os eleitores, previamente informados e sem custos para esses destinatários, que solicitarem o recebimento da senha por esta modalidade;
 1. Tal necessidade é devido ao fato de ser um envio crítico, durante um curto período, e têm-se que prover meios para aumentar a eficácia dessas entregas.
 2. Não serão aceitas soluções no formato LONG CODE, com remetente no formato: DDD + 8 ou 9 DÍGITOS – número de celular padrão; ou qualquer forma reconhecida mercadologicamente como solução “chipeira”, nem soluções SS7 que utilizem Broker Internacional.
2. A solução de SMS deverá ser acessível:
 1. Por meio de portal web, que permita a operação completa da solução, incluindo envio e recebimento de mensagens, bem como monitoramento, relatórios e análise das transmissões efetuadas;
 2. Por meio de integração via API da solução de SMS a sistemas internos da Contratada.
3. O serviço deverá possuir conexão direta com TODAS as operadoras de telefonia homologadas pela Anatel – comprovado via certificado/atestado/declaração – via interface exclusiva, para que seja maximizada a garantia de entrega e utilizando a melhor rota de envio para esse tipo de comunicação até o destinatário final.
4. O serviço deverá entregar as mensagens para usuários de todas as operadoras de telefonia móvel homologadas pela Anatel.
5. A arquitetura e infraestrutura do serviço deverão garantir alto desempenho para o disparo de grandes volumes de mensagens, inclusive para o período de votação, onde poderão ser enviadas milhares de mensagens.
6. Deverá ser disponibilizada, minimamente, API (REST, WEBSERVICE, HTTP) para integração com o Sistema Eleitoral, fornecendo ainda login e senha de acesso.
7. Deverá confirmar a importação de dados pela API utilizada e retornar informações de erro.
8. O Serviço deverá permitir, minimamente:
 1. Envio de mensagens com confirmação de recebimento;
 2. Deve-se entregar mensagens SMS para os celulares definidos pelo Contratante, inclusive para números que passaram por portabilidade;
 3. Registro, rastreamento e geração de relatórios de todas as transmissões efetuadas com informações sobre o destino, data e hora;
 4. Estado da mensagem, de forma não taxativa e de acordo com o disponibilizado pelas operadoras: enviada, entregue no aparelho (para operadoras em que esta informação é disponível), agendada, expirada, cancelada, rejeitada, com detalhamento de erros e motivos de insucesso, ou outros estados que possam existir no ciclo de vida da mensagem e que as operadoras disponibilizarem;
 5. Consulta e relatório do status de cada mensagem enviada e recebida;
 6. Geração de relatórios de desempenho para todo o tráfego de mensagens;
 7. Geração de relatórios consolidados por períodos estipulados (mês e dia);
 8. Geração do quantitativo de mensagens enviadas, para que seja efetuada a cobrança conforme composição de preços;
 9. Possibilitar a personalização das mensagens individualmente, de forma que senhas únicas sejam enviadas a cada disparo (informação fornecida pelo Sistema Eleitoral);
 10. Exportação de relatórios minimamente em um dos seguintes formatos: PDF, HTML, XLS ou CSV;
 11. Fornecer interface WEB para a visualização dos relatórios e exportação dos mesmos;
 12. Uma interface - dashboard - deverá ser disponibilizada minimamente para o Confea e para a empresa de Auditoria contratada para acompanhamento dos status dos envios.

9. As mensagens enviadas não poderão apresentar nenhum texto ou imagem adicionada pela empresa licitante, no conteúdo da mensagem gerada pelo Sistema Eleitoral, contendo as formas de identificação das licitantes e /ou da solução tecnológica utilizada.

4.16. SERVIÇO DE E-MAIL

1. Serviço de envio de e-mail do tipo transacional (SMTP transacional) para envio de senhas para acesso à ferramenta de votação;
2. A solução deverá ser acessível por:
3. API SMTP padrão, minimamente, para integração com o Sistema Eleitoral.
4. A Contratada deverá possuir equipe de especialistas que monitorem a entregabilidade das mensagens enviadas, intervindo nos casos apontados pela Contratante ou apresentados nos relatórios, para solucionar os envios problemáticos.
5. Deverá prover mecanismos que elimine o Spoofing de domínios, phishing, e demais casos que impeça o recebimento da mensagem.
6. Permitir a personalização de domínios e links de envio.
7. Definição de no mínimo 1 (um) IP de uso exclusivo da Contratante, utilizado para o disparo das mensagens.
8. A Contratada ficará responsável por utilizar técnicas de melhoria da reputação, como Warm-up para o(s) IP(s) fornecido(s).
9. Criação e personalização de registros SPF e DKIM, para otimizar a entrega das mensagens.
10. Atender aos seguintes requisitos mínimos de segurança:
 1. Definição de níveis de acesso à ferramenta.
 2. Permitir a geração de relatórios com, minimamente, as seguintes características:
 3. Geração do quantitativo de mensagens enviadas, para que seja efetuada a cobrança conforme composição de preços;
 4. Análise de envio e monitoramento em tempo real;
 5. Relatórios gerais e individuais de mensagens entregues, abertas, com cliques pelo receptor, taxa de rejeição, quantidade em spam e de mensagens bloqueadas;
 6. Relatório por tipo de dispositivo que acessou o sistema, localização geográfica e informações sociais quando disponíveis pelo usuário.
 7. Permitir o monitoramento da reputação da solução ofertada.
 8. Fornecer interface WEB para a visualização dos relatórios e exportação dos mesmos;
 9. Uma interface - dashboard - deverá ser disponibilizada minimamente para o Confea e para as Empresas de Auditoria contratadas para acompanhamento dos status dos envios.
 10. Fornecer as evidências dos envios de e-mails, constando no mínimo: data e hora, status do envio, nome e destinatário do e-mail, e endereço de envio.
11. As mensagens enviadas não poderão apresentar nenhum texto ou imagem adicionada pela empresa licitante, no conteúdo da mensagem gerada pelo Sistema Eleitoral, contendo as formas de identificação das licitantes e /ou da solução tecnológica utilizada.

4.17. PROVA DE CONCEITO

1. A prova de conceito visa verificar se a licitante classificada demonstra sua capacidade de atendimento aos requisitos exigidos no Edital, devendo comprovar um conjunto de capacidades que serão descritas em itens mais abaixo.
2. A licitante vencedora submeter-se-á à prova de conceito.
3. A licitante que for declarada provisoriamente classificada em primeiro lugar por apresentar o menor preço global e a documentação de habilitação aprovada deverá, no prazo de 3 (três) dias, ou em outra data marcada pelo Pregoeiro, organizar-se para demonstrar, através de plataforma de videoconferência WEB a ser definida pelo Confea no ato da convocação, para participar da Prova de Conceito, em data e horário agendados.
4. Na mesma plataforma poderão acompanhar a realização da sessão todos os interessados que solicitarem acesso prévio ao Confea mediante orientações do Pregoeiro via ComprasNet.

5. Os interessados que forem autorizados a acompanhar a realização da sessão, caso por videoconferência, deverão obrigatoriamente identificar seu nome e o da empresa ao ingressar na reunião online, sem direito a utilização do vídeo/áudio, tão somente o chat.
6. A prova de conceito será realizada em sessão pública, através de plataforma de videoconferência, devendo iniciar às 9hs da data marcada, e deverá aferir, por meio de demonstração, o atendimento a todos os requisitos elencados. A critério do pregoeiro, a prova de conceito poderá ser realizada presencialmente, na sede do Confea, com deslocamento às despesas da empresa licitante;
7. O não comparecimento da licitante na data e horário agendado pelo pregoeiro implica a desqualificação para a continuidade no certame, ficando as providências necessárias para acesso ao link da plataforma, como acesso à Internet suficiente para as demonstrações, a cargo da licitante.
8. O Sistema Eleitoral será submetido a testes e análises de auditoria, onde se verificará a segurança e as funcionalidades do Sistema WEB bem como do ambiente.
9. O cumprimento dos requisitos será avaliado pela auditoria, contratada pelo Confea para este fim, e assistida por representantes do Confea, que poderão, a qualquer tempo da demonstração da prova, solicitar artefatos e evidências a serem encaminhados à auditoria e ao Confea para valoração dos itens demonstrados.
10. Os documentos gerados durante a prova de conceito serão de acesso público, exceto aqueles solicitados /gerados pela Auditoria, a critério desta.
11. Não serão permitidas, após iniciada a prova de conceito, alteração de códigos, compilação, correção, update, reconfiguração de serviços, ativação de servidores e outros procedimentos que interfiram no desempenho do sistema submetido à prova.
12. Caso esse fato seja constatado pela auditoria, a licitante terá sua proposta desclassificada, podendo ser realizada, a critério da auditoria ou do Confea, diligência e/ou perícia para verificação destes e de outros elementos demonstrados.
13. A contratada fornecerá os acessos e recursos necessários para o fiel cumprimento das análises e testes de auditoria, que efetuará:
 1. Análise funcional;
 2. Análise técnica;
 3. Desenvolvimento e aplicação de testes, como: validação de entradas, canonização de URL, manipulação de parâmetros, autenticação das sessões, sobrecargas, fugas de informação, criptografia, assinatura digital ICP-BRASIL, exploits, logs, e outros.
14. A auditoria emitirá parecer conclusivo, após o término da prova de conceito, em até um dia útil, no qual se manifestará sobre o atendimento do conjunto de requisitos, e será encaminhada ao Pregoeiro que procederá as medidas cabíveis para continuidade do certame.
15. Se a licitante não demonstrar o atendimento da totalidade das funcionalidades requeridas, a proposta será desclassificada, devendo ser chamada a próxima licitante, de acordo com a ordem de classificação de menor preço global, concluída a etapa de lances, para realização da Prova de Conceito, nas mesmas condições estabelecidas para a primeira colocada.
16. A licitante deverá arcar com todos os custos necessários à execução da Prova de Conceito, sem que sobre tais custos incidam quaisquer direitos ou indenizações caso a licitante não seja considerada apta à etapa seguinte da licitação.
17. São proibidas quaisquer formas de gravação de áudio ou vídeo da sessão, que será gravada exclusivamente pelo Confea, e o material não estará sujeito à disponibilização.
18. **ROTEIRO:**
 1. Demonstração prática das funcionalidades previstas por meio de procedimento automatizado, que deverá, assim como na prova de conceito presencial, ser realizada ao vivo por videoconferência e no momento em que for solicitada.
 2. O Confea informará o resultado esperado da eleição para que a licitante possa gerar o colégio eleitoral da prova de conceito.
19. **DESEMPENHO E SEGURANÇA:**
 1. Gerar um colégio eleitoral com dados fictícios de acordo com o aspectos a serem definidos do Edital de licitação;
 2. Deverão existir candidaturas fictícias concorrentes para cada cargo em disputa: Conselheiros Federais (titular e suplente);
 3. Deverá haver dentre os votos gerados: votos válidos, brancos e nulos para todas os candidatos.
 4. Antes do início da votação, o sistema deverá carregar dois certificados digitais ICP-Brasil, sendo que um certificado (eleição) será utilizado para encriptar os votos e o outro (sistema) para assinar os votos.

5. Emitir a zerésima em PDFs assinado digitalmente utilizando o certificado do sistema, em conformidade com padrão ICP-Brasil DOC-ICP-15.
6. As assinaturas da zerésima serão conferidas no validador de conformidade do ITI e devem estar de acordo com o padrão ICP-Brasil DOC-ICP-15.
7. Simular uma eleição completa com o colégio eleitoral acima descrito em até 2 (duas) horas ininterruptas, com concorrência mínima de 200 eleitores simultâneos.
8. A simulação deverá:
 1. Gerar votos para cada um dos eleitores;
 2. Realizar cada voto de forma completa, incluindo: Autenticação do Eleitor, Troca de Senha, Efetuação do Voto e Emissão de comprovante de Votação, apresentando as telas de cada operação, simulando na íntegra o comportamento do eleitor;
 3. A verificação das telas poderá, a cargo da equipe de auditoria, ser solicitada de forma amostral, devendo a licitante apresentar a tela utilizada pelo simulador utilizado;
 4. Ao final da votação, realizar o processo de verificação de integridade das assinaturas dos votos, de forma amostral, com escolha aleatória do Confea;
 5. Emitir relatório do resultado em PDF assinado pelo sistema e pelo auditor, em conformidade com padrão ICP-Brasil DOC-ICP-15;
 6. A solução deverá realizar os votos através das mesmas interfaces que serão disponibilizadas aos eleitores, ou seja, através de páginas web; e
 7. Não será admitida a inserção de votos diretamente no banco de dados, via webservices ou outros meios que não sejam páginas web que possam ser apresentadas aos eleitores.
 8. Verificação dos atributos de segurança do sistema:
 9. A auditoria escolherá uma amostragem de votos para que as assinaturas sejam validadas no sítio de verificação do ITI. As assinaturas devem estar em conformidade com padrão ICP-Brasil DOC-ICP-15;
 10. A solução deverá utilizar certificado de servidor (SSL) para criptografia da conexão com o servidor.
 11. Ao executar o login, a geração da senha ou a troca da senha, a senha do eleitor não deve trafegar em texto claro entre o browser e o servidor, independente do uso de criptografia no canal de acesso (SSL);
 12. Ao executar o voto, a escolha do eleitor não deve trafegar em texto claro entre o browser e o servidor, devendo este conteúdo estar encriptado com a chave fornecida através do certificado digital fornecido antes do início da eleição.
 13. A solução deverá armazenar o voto do eleitor encriptado em seu banco de dados.
 14. O fornecedor deve demonstrar que não é possível decriptar o voto sem a posse chave privada do certificado da eleição.
 15. O fornecedor deve decriptar um voto escolhido aleatoriamente pelo Confea, utilizando a chave privada da eleição.
 16. A solução deverá armazenar registro de log que apresente todos os acessos do eleitor ao sistema, informando a data/hora do evento, o endereço IP de origem e o tipo de navegador utilizado.
 17. Os registros de log armazenados no sistema devem estar protegidos por mecanismos criptográficos que permitam verificar caso os mesmos tenham sido alterados, removidos ou inseridos de alguma forma que não seja pelo próprio sistema;
 18. A solução deve assinar digitalmente cada um dos votos com o certificado do sistema, em conformidade com o padrão ICP-Brasil DOC-ICP-15.
 19. A solução deverá assinar digitalmente todos os logs em conformidade com o padrão ICP-Brasil DOC-ICP-15.
 20. As assinaturas dos votos e dos logs devem ser aprovadas no verificador no sítio do ITI e em conformidade com o DOC-ICP-15;
 21. Realizar teste (login) por meio de utilização de certificado digital da ICP Brasil, a exemplo do e-CPF, como meio de autenticação do eleitor;

20. **DISPONIBILIDADE:**

1. A solução deve conter pelo menos dois servidores web respondendo o mesmo endereço URL ou IP.

21. **AFERIÇÃO:**

1. A auditoria deve verificar se o resultado da apuração está de acordo com o resultado esperado, resultado este definido e informado no início do processo de votação pela Equipe de Planejamento da Contratação.
2. O resultado poderá, a critério do Confea, ser publicado na plataforma WEB utilizada;

3. A solução deverá possuir interface de usuário (página web) que permita:
 1. Recuperar o registro de um determinado voto, escolhido aleatoriamente pelo Confea; e
 2. Recuperar a assinatura digital do voto específico.
 3. Gerar relatórios assinados digitalmente conforme as normas vigentes da ICP-Brasil para: Mostrar que a base de dados não possuía nenhum voto registrado antes do início da simulação da eleição; e
 4. Mostrar que a base de dados possuía todos os votos registrados no final da simulação da eleição; e
 5. Apresentar o resultado da eleição para ser comparado à base de simulação.

22. OBSERVAÇÕES:

1. A critério do Confea a prova de conceito será realizada pela empresa de auditoria contratada para esta finalidade;
2. Havendo discrepância entre os relatórios apresentados e os resultados esperados ou se encontrada alguma não conformidade em relação a qualquer um dos requisitos exigidos acima, a licitante terá a proposta desclassificada;
3. Registra-se que os resultados esperados são aqueles provenientes do atendimento às especificações contidas nos itens 6.19 (Desempenho e Segurança), 6.20 (Disponibilidade) e 6.21 (Aferição).
4. Todos os equipamentos necessários para a prova de conceito, inclusive acesso à internet, serão de responsabilidade da licitante, não cabendo ao Confea o fornecimento de qualquer desses recursos;
5. Todos os programas necessários para a prova de conceito serão de responsabilidade da licitante, não cabendo ao Confea o fornecimento de nenhum programa;
6. Caberá ao Confea fornecer a plataforma WEB para a videoconferência;
7. O Confea notificará em tempo hábil o Pregoeiro para que indique um representante para acompanhar o roteiro da prova de conceito;
8. Esta etapa é uma sessão pública e dar-se-á mediante o cumprimento dos demais itens do Edital;
9. Aceita a convocação, a licitante adere à modalidade de demonstração da prova, não sendo aceitas argumentações posteriores desta não haver prosperado em virtude da plataforma/modalidade de demonstração;
10. Se não aprovado, o pregoeiro dará continuidade ao certame licitatório convocando os demais licitantes, por ordem de classificação final da etapa de lances, com o objetivo de cumprir os requisitos do Termo de Referência.

4.18. APRESENTAÇÃO DE RELATÓRIOS

1. A Contratada deverá apresentar relatórios semanais para a Comissão Eleitoral Federal do Confea, informando as conformidades e não conformidades encontradas nas atividades a serem realizadas para a execução do serviço de eleição via internet, de acordo com o cronograma a ser definido.
2. A Contratada deverá apresentar um relatório final descrevendo os fatos ocorridos durante todo o processo eleitoral, objetivando a lisura, transparência e confiabilidade do procedimento, desde seu planejamento até a apuração e homologação do resultado das eleições.
3. A apresentação deste relatório final será em data a ser pactuada entre as partes após o fim do processo eleitoral.
4. A Contratada deverá apresentar relatórios que permitam identificar como foi a votação por faixa etária, modalidade profissional, localidade, e por demais aspectos a serem definidos pela Comissão Eleitoral Federal.

4.19. LICITAÇÃO DA AUDITORIA DO PROCESSO ELEITORAL

1. A empresa contratada pelo Confea para fornecer os serviços de Auditoria de Procedimentos e de Informática apoiará o pregoeiro do Confea durante a avaliação dos atestados de capacidade técnica fornecidos pelas licitantes que participarem do processo licitatório para o sistema automatizado do processo eleitoral. Além disso, será responsável pela execução dos procedimentos técnicos de auditoria conforme especificados em seu contrato, tanto durante a Prova de Conceito quanto nas etapas subsequentes.

4.20. Garantia da contratação

1. Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, com validade durante a execução do contrato e 90 (noventa) dias após término da vigência contratual, podendo o Contratado optar pela caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, seguro-garantia, fiança bancária ou título de capitalização, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total da contratação.
2. Em caso de opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária deverá apresentá-la, no máximo, até a data de assinatura do contrato.
 1. A apólice de seguro-garantia permanecerá em vigor mesmo que o Contratado não pague o prêmio nas datas convencionadas.
 2. Caso o adjudicatário não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, ocorrerá a preclusão do direito de escolha dessa modalidade de garantia.
 3. A apólice de seguro-garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.
 4. Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvados os períodos de suspensão contratual.
 5. Caso o adjudicatário não opte pelo seguro-garantia ou não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, deverá apresentar, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia nas modalidades de caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, fiança bancária ou títulos de capitalização.
3. Caso seja a garantia em dinheiro a modalidade de garantia escolhida pelo Contratado, deverá ser efetuada em favor do Contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.
4. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério competente.
5. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.
6. Na hipótese de opção pelo título de capitalização, a garantia deverá ser custeada por pagamento único, com resgate pelo valor total, sob a modalidade de instrumento de garantia, emitido por sociedades de capitalização regulamente constituídas e autorizadas pelo Governo Federal.
 1. O título de capitalização deverá ser apresentado ao Contratante juntamente com as condições gerais e o número do processo administrativo sob o qual o plano de capitalização foi aprovado pela Susep (art. 8º, III, da Circular SUSEP nº 656, de 11 de março de 2022).
7. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, sob pena de não aceitação, o pagamento de:
 1. prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;
 2. multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e
 3. obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pelo Contratado.
8. Em caso de seguro-garantia, a apólice deverá ter cobertura para pagamento direto ao empregado após decisão definitiva em processo administrativo que apure montante líquido e certo a ele devido em razão de inadimplência do Contratado, independentemente de trânsito em julgado de decisão judicial.
9. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, contado da data de assinatura do termo aditivo ou da emissão do apostilamento, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.
10. Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o Contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.
11. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, o Contratado obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contados da data em que for notificada;
12. O Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

1. O emitente da garantia ofertada pelo Contratado deverá ser notificado pelo Contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.
2. Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep nº 662, de 11 de abril de 2022.
13. Extinguir-se-á a garantia com a restituição da carta fiança, autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia ou anuidade ao resgate do título de capitalização, acompanhada de declaração do Contratante, mediante termo circunstanciado, de que o Contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato.
 1. A extinção da garantia na modalidade seguro-garantia observará a regulamentação da Susep.
 2. A Administração deverá apurar se há alguma pendência contratual antes do término da vigência da apólice.
14. A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.
15. O Contratado autoriza o Contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste Termo de Referência.
16. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo Contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.
17. A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto ou serviço prevista neste Termo de Referência.

4.21. Subcontratação

1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

5. PAPÉIS E RESPONSABILIDADES

5.1. São obrigações da CONTRATANTE:

- 5.1.1. nomear Gestor e Fiscais Técnico, Administrativo e Requisitante do contrato para acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos;
- 5.1.2. encaminhar formalmente a demanda por meio de Ordem de Serviço ou de Fornecimento de Bens, de acordo com os critérios estabelecidos no Termo de Referência;
- 5.1.3. receber o objeto fornecido pelo contratado que esteja em conformidade com a proposta aceita, conforme inspeções realizadas;
- 5.1.4. aplicar à contratada as sanções administrativas regulamentares e contratuais cabíveis, comunicando ao órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços, quando aplicável;
- 5.1.5. liquidar o empenho e efetuar o pagamento à contratada, dentro dos prazos preestabelecidos em contrato;
- 5.1.6. comunicar à contratada todas e quaisquer ocorrências relacionadas com o fornecimento da solução de TIC;
- 5.1.7. definir produtividade ou capacidade mínima de fornecimento da solução de TIC por parte do contratado, com base em pesquisas de mercado, quando aplicável;

5.1.8. prever que os direitos de propriedade intelectual e direitos autorais da solução de TIC sobre os diversos artefatos e produtos cuja criação ou alteração seja objeto da relação contratual pertençam à Administração, incluindo a documentação, o código-fonte de aplicações, os modelos de dados e as bases de dados, justificando os casos em que isso não ocorrer.

5.2. São obrigações do CONTRATADO:

5.2.1. indicar formalmente preposto apto a representá-la junto à contratante, que deverá responder pela fiel execução do contrato;

5.2.2. atender prontamente quaisquer orientações e exigências da Equipe de Fiscalização do Contrato, inerentes à execução do objeto contratual;

5.2.3. reparar quaisquer danos diretamente causados à contratante ou a terceiros por culpa ou dolo de seus representantes legais, prepostos ou empregados, em decorrência da relação contratual, não excluindo ou reduzindo a responsabilidade da fiscalização ou o acompanhamento da execução dos serviços pela contratante;

5.2.4. propiciar todos os meios necessários à fiscalização do contrato pela contratante, cujo representante terá poderes para sustar o fornecimento, total ou parcial, em qualquer tempo, desde que motivadas as causas e justificativas desta decisão;

5.2.5. manter, durante toda a execução do contrato, as mesmas condições da habilitação;

5.2.6. quando especificada, manter, durante a execução do contrato, equipe técnica composta por profissionais devidamente habilitados, treinados e qualificados para fornecimento da solução de TIC;

5.2.7. quando especificado, manter a produtividade ou a capacidade mínima de fornecimento da solução de TIC durante a execução do contrato;

5.2.8. ceder os direitos de propriedade intelectual e direitos autorais da solução de TIC sobre os diversos artefatos e produtos produzidos em decorrência da relação contratual, incluindo a documentação, os modelos de dados e as bases de dados à Administração;

5.2.9. fazer a transição contratual, quando for o caso.

6. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

6.1. Condições de execução

1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:
2. Início da execução do objeto: 3 dias da emissão da ordem de serviço.
3. Descrição detalhada dos métodos, rotinas, etapas, tecnologias procedimentos, frequência e periodicidade de execução do trabalho:
 1. Diante da iminente realização das Eleições do Sistema Confea/Crea 2026, é imperativo garantir a integridade, transparência e eficiência deste processo eleitoral e dos que ocorrerão de 2027 a 2030.
 2. Esta contratação visa não apenas a implementação de um sistema eletrônico eleitoral via internet, mas também a alocação de infraestrutura adequada, suporte técnico integral, envio de senhas por SMS e e-mails, atendimento personalizado aos eleitores e monitoramento contínuo das eleições.
 3. Dessa forma, é fundamental assegurar que as eleições transcorram de forma segura, eficiente e transparente, garantindo a participação ativa dos profissionais registrados no Sistema Confea/Crea e a legitimidade dos representantes eleitos para os órgãos deliberativos do Sistema. Nesse contexto, a contratação da empresa especializada se reveste de extrema importância para o cumprimento dos princípios democráticos e a preservação da credibilidade do Processo Eleitoral do Sistema Confea/Crea.
 4. Os serviços a serem prestados incluem, mas não se limitam a:
 1. Desenvolvimento, configuração e manutenção de sistema eletrônico eleitoral via internet para a realização de eleições online;
 2. Alocação de infraestrutura adequada para garantir a segurança, confiabilidade e disponibilidade do sistema durante todo o processo eleitoral;

3. Suporte técnico especializado para a resolução de eventuais problemas técnicos durante a fase de pré-eleição, eleição e pós-eleição;
 4. Implementação de mecanismos de envio de SMS e e-mails para comunicação com os eleitores, incluindo confirmação de votos, lembretes e informações relevantes sobre o processo eleitoral;
 5. Atendimento personalizado aos eleitores, oferecendo suporte técnico e esclarecimento de dúvidas relacionadas ao processo eleitoral;
 6. Monitoramento em tempo real do andamento das eleições, garantindo a integridade e transparência do processo;
 7. Elaboração de relatórios detalhados sobre a participação dos eleitores, resultados preliminares e finais da eleição, garantindo a prestação de contas e transparência do processo eleitoral.
5. Salutar registrar que a contratação de um sistema especializado de votação eletrônica para as eleições do Sistema Confea/Crea e Mútua é indispensável por diversas razões. Primeiramente, a adoção de um sistema de votação online amplia significativamente a participação, concedendo aos profissionais a possibilidade de votar de qualquer local. Ademais, sua auditabilidade abrangente garante a transparência e eficácia do processo em sua totalidade.
 6. Contratar um sistema especializado garante automatização, reduzindo erros humanos e fraudes, além de atualizar a segurança cibernética.
 7. Além disso, a empresa contratada deve participar ativamente dos testes e auditorias do sistema, bem como de eventos relacionados ao processo eleitoral, como seminários, cerimônias, e Janelas de Transparência, sendo que nestes casos, eventuais custos com deslocamentos serão custeados pela Contratante, para garantir a igualdade de participação entre os licitantes, o que não só reduzirá os custos do processo licitatório, mas também aumentará sua competitividade.
 8. O sistema automatizado para o processo eleitoral será composto por diferentes módulos, incluindo eleição, candidato, usuário, administração do sistema, resultados e estatísticas/relatórios. Neste contexto, o voto é considerado único e não alterável, realizado por um eleitor. Os serviços abrangem desde o levantamento de requisitos até a entrega final do sistema, incluindo fornecimento e customização, infraestrutura de datacenter, testes e homologações, entre outros. A escolha da linguagem de desenvolvimento, controle de acesso, banco de dados, servidor de aplicação e sistema operacional é flexível, e a interface do usuário é baseada em páginas HTML, com validação de dados tanto no cliente quanto no servidor.
 9. A contratada deve fornecer todos os equipamentos e licenças de software necessários, garantindo que apenas programas licenciados sejam utilizados, sob pena de punições legais. Deve também prover acesso físico ou remoto aos servidores durante o período necessário, com agendamento prévio de 24 horas. A aplicação deve ser compatível com diversos dispositivos e navegadores, possuindo layout responsivo.
 10. O ambiente operacional para o processo eleitoral deve atender aos requisitos para uma execução satisfatória. Os módulos do sistema incluem Eleição, Candidato ou Chapa, Usuário, Administração do Sistema, Resultados e Estatísticas/Relatórios, com funcionalidades específicas para cada um. A totalização dos resultados e geração de relatórios são partes importantes do processo. E durante a votação, a contratada deve disponibilizar uma página web com atualizações a cada 2 (dois) minutos, mostrando o quantitativo de votos geral e parcial por estado. O mapa de apuração deve demonstrar a distribuição dos votos recebidos pelos candidatos por localidade, conforme os dados importados do Sistema Confea/Crea.
 11. A análise e levantamento de requisitos têm como objetivo principal entender os requisitos e regras de negócio do sistema, conforme estabelecido pelo Regulamento Eleitoral das Eleições do Sistema Confea /Crea. Isso inclui detalhar o processo eleitoral, garantir o voto secreto, registrar candidatos/chapas e fornecer suporte técnico adequado.
 12. Os requisitos abrangem a infraestrutura tecnológica, segurança e garantias de integridade do processo eleitoral. É necessário um ambiente operacional que atenda às exigências para uma eleição satisfatória, e todos os custos associados serão responsabilidade da contratada.
 13. No que diz respeito à segurança, há uma série de medidas a serem implementadas, incluindo a garantia da unicidade do voto, criptografia de dados sensíveis, autenticação do eleitor por meio de certificado digital, proteção contra ataques cibernéticos e registro detalhado das atividades realizadas no sistema.
 14. Além disso, são estabelecidos critérios para geração de senhas, armazenamento seguro das credenciais dos eleitores e restrições de acesso aos servidores durante o período eleitoral para garantir a integridade do processo.

15. Para garantir o desempenho adequado do sistema automatizado eleitoral, é necessário atender a uma série de requisitos específicos. Em termos de capacidade de execução, a infraestrutura deve suportar no mínimo 500 conexões simultâneas, enquanto a aplicação deve ser capaz de realizar pelo menos 4.500 transações completas por minuto. Essas transações incluem desde a autenticação do eleitor até a emissão do comprovante de votação, com um tempo de resposta máximo de 2 segundos para cada transação completa.
16. Em relação à disponibilidade, é exigido que a infraestrutura hospedeira atenda a certificações de segurança e performance, garantindo uma disponibilidade mínima de 99,9% no dia da eleição. Além disso, a infraestrutura deve possuir link redundante de pelo menos 32Mbit/s, com redundância e alta disponibilidade cobrindo todos os componentes, especialmente servidores web, firewall, servidores de bancos de dados e switches.
17. A auditoria da infraestrutura e da aplicação é realizada por uma empresa especializada contratada especificamente para essa finalidade. Essa auditoria visa garantir a conformidade com os requisitos estabelecidos no Edital e no Termo de Referência. Caso haja não conformidades, a contratada tem um prazo determinado para corrigi-las, sob pena de sanções previstas no contrato.
18. Além disso, a aplicação é submetida a testes de carga durante o desenvolvimento, com acompanhamento da auditoria. Todos esses requisitos e testes têm como objetivo garantir o funcionamento eficaz do sistema eleitoral automatizado, assegurando sua capacidade, disponibilidade e segurança durante todo o processo eleitoral.
19. A empresa contratada para fornecer o sistema automatizado para o processo eleitoral deve também oferecer um serviço de suporte de segundo nível via telefone, e-mail e web chat para auxiliar os eleitores. O atendimento telefônico deve ser do tipo 0800, sem custo para o eleitor, e a empresa deve atender às demandas de disponibilidade do serviço e fornecer orientações sobre o sistema eleitoral. Além disso, é necessário oferecer uma solução de chatbot para o atendimento inicial, com a possibilidade de transferência para atendentes humanos quando necessário. O atendimento personalizado aos eleitores deve ocorrer durante o período que antecede e no dia da eleição, com horários específicos e quantidade de atendentes conforme demanda. Também é exigido que seja disponibilizada uma página de perguntas frequentes para o serviço de call center, além da elaboração de um script com as principais dúvidas sobre o processo eleitoral. Quanto ao serviço de SMS, ele deve permitir o envio de mensagens curtas de texto para os eleitores, garantindo a entrega eficaz durante o período de votação. É fundamental que a solução de SMS seja acessível por meio de portal web e integração via API, garantindo conexão direta com todas as operadoras de telefonia móvel homologadas no Brasil. Para o serviço de e-mail, é necessário fornecer uma solução de envio de e-mails transacionais, com personalização de domínios e links de envio, além de garantir segurança e monitoramento da entregabilidade das mensagens. Todos os serviços devem incluir relatórios detalhados de desempenho e entrega das mensagens, além de interfaces web para visualização e exportação dos dados.
20. A empresa contratada pelo Confea para realizar a auditoria do Processo Eleitoral do Sistema Confea /Crea conduzirá a realização de prova de conceito com a empresa a ser contratada para o fornecimento o sistema de votação. Este é um processo no qual a licitante classificada demonstra sua capacidade de atender aos requisitos do Edital. Nesta ocasião, o sistema é testado quanto à segurança e funcionalidades. Não são permitidas alterações após o início da prova. A contratada deve fornecer acesso e recursos para os testes de auditoria.
21. A empresa a ser contratada pelo Confea para o fornecimento do Sistema de Votação eletrônica, assim como a empresa responsável pela Auditoria do Processo Eleitoral, deverá participar ativamente dos treinamentos, Seminários e Janela de Transparência a serem promovidos pela Contratante para tratar sobre as eleições 2024. Eventuais deslocamentos para participação em eventos desta natureza serão custeados pela Contratante a fim de resguardar a isonomia de participação entre as licitantes.

6.2. Local e horário da prestação dos serviços

6.2. Os serviços serão prestados no seguinte endereço: SEPN 508, Bloco A, Edifício Engenheiro Francisco Saturnino de Brito Filho, Asa Norte, Brasília - DF.

6.3. Os serviços serão prestados no seguinte horário: Como padrão e quando não especificado em contrário, considerar-se-á como dia útil o período de 10 horas úteis, das 8h00 às 18h00, de segunda a sexta-feira, nos dias em que houver expediente no Confea. Considerar-se-á hora útil o intervalo de uma hora dentro de um dia útil.

6.3. Materiais a serem disponibilizados

- 1. Para a perfeita execução dos serviços, o Contratado deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades a seguir estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário:
 - 1. Sistema eletrônico de votação em ambiente web, devidamente customizado;
 - 2. Infraestrutura completa de datacenter certificado;
 - 3. Servidores de aplicação, banco de dados e balanceadores de carga;
 - 4. Dispositivos de segurança (firewall, WAF, mecanismos anti-DDoS);
 - 5. Certificados digitais necessários à operação e criptografia;
 - 6. Sistemas operacionais e SGBDs licenciados;
 - 7. Links de comunicação redundantes;
 - 8. Plataforma de envio de SMS com integração via API;
 - 9. Plataforma de envio de e-mails transacionais com monitoramento de entregabilidade;
 - 10. Estrutura de call center 0800 e web chat;
 - 11. Solução de chatbot com árvore de intents homologada;
 - 12. Ferramentas de monitoramento, geração de logs e trilhas de auditoria;
 - 13. Recursos para testes de carga, homologação e prova de conceito;
 - 14. Aplicação para armazenamento posterior da base de comprovantes de votação;
 - 15. Relatórios gerenciais, estatísticos e finais em formato digital (PDF, HTML, XLSX ou CSV).

6.5. Informações relevantes para o dimensionamento da proposta

- 1. A demanda do órgão tem como base as seguintes características:
- 2. **Processo Eleitoral:** Trata-se das Eleições ordinárias e extraordinárias para o ciclo de 2026 a 2030 conforme abaixo discriminado:
 - 1. Eleições Gerais 2026 (Presidentes + Conselheiro Federal [MS, MT, PI, RR, SC e IES Engenharia] + Diretores da Mútua
 - 2. Conselheiro Federal (AC, AL, AP, RO, RJ e IES Agronomia)
 - 3. Conselheiro Federal [GO, ES, PE, RN, SP e SE]
 - 4. Eleições Gerais 2029 (Presidentes + Conselheiro Federal [AM, DF, MG, PA, PB e IES Engenharia] + Diretores da Mútua
 - 5. Conselheiro Federal (BA, CE, PR, TO, MA e IES Agronomia)
- 3. Número estimado de eleitores:
 - 1. De acordo com o Relatório da situação dos registros profissionais extraído do Sistema de Informações Confea/Crea - SIC, bem como após a aplicação de fórmula matemática para estimar a quantidade de profissionais para os anos subsequentes, tem-se o seguinte cenário para os pleitos ORDINÁRIOS cujo sistema de votação a ser contratado deverá observar este quantitativo como Colégio Eleitoral:

2. Ano	Assunto	Qtd estimada	Faixas
2026	Eleições Gerais 2026 (Presidentes + Conselheiro Federal [MS, MT, PI, RR, SC e IES Engenharia] + Diretores da Mútua	1.192.000	Acima de 500.000 envios
2027	Conselheiro Federal (AC, AL, AP, RO, RJ e IES Agronomia)	160.000	De 100.001 a 250.000 eleitores
2028	Conselheiro Federal [GO, ES, PE, RN, SP e SE]	500.000	De 250.001 a 500.000 eleitores
2029	Eleições Gerais 2029 (Presidentes + Conselheiro	1.400.000	Acima de 500.000 envios

	Federal [AM, DF, MG, PA, PB e IES Engenharia] + Diretores da Mútua		
2030	Conselheiro Federal (BA, CE, PR, TO, MA e IES Agronomia)	230.000	De 100.001 a 250.000 eleitores
TOTAL		3.482.000	

Já em relação aos pleitos extraordinários, tem-se:

Ano	Faixas	Qtd estimada
2026	Até 100.000 eleitores	100.000
2027	Até 100.000 eleitores	100.000
2028	De 100.001 a 250.000 eleitores	250.000
2029	Até 100.000 eleitores	100.000
2030	Até 100.000 eleitores	100.000
TOTAL		650.000

Dessa feita, são 5 pleitos ordinários confirmados, conforme acima demonstrado, e estima-se até 5 pleitos extraordinários sendo 4 pleitos de até 100.000 eleitores e 1 pleito de 100.001 a 250.000 eleitores. Dos 27 Creas, 24 possuem até 100.000 profissionais ativos, 2 possuem entre 100.001 a 250.000 profissionais ativos, e apenas 1 possui mais de 250.000 profissionais ativos. Assim, estimou-se que, ao longo de 5 anos de contrato, pode-se ter até 5 pleitos extraordinários.

4. Dia e horário do processo eleitoral:

1. As Eleições do Sistema Confea/Crea 2026 serão realizadas pela rede mundial de computadores (internet), no dia **03 de julho de 2026**, sendo que o ambiente de votação poderá ser acessado pelos eleitores a partir das 8h (oito horas) e será bloqueado às 19h (dezenove horas), observado o horário oficial de Brasília - DF, sem realização de segundo turno;
2. As eleições que ocorrerão de 2027 a 2030, embora não tenham data definida para ocorrerem, adotarão a mesma regra acima evidenciada.

5. Eleitores:

1. Todo profissional registrado e em dia com as obrigações perante o Sistema Confea/Crea até 30 (trinta) dias antes da data da eleição é considerado eleitor, independente da modalidade profissional, sendo o voto facultativo, e o eleitor votará na circunscrição do Crea em tenha quitado sua última anuidade, independente do seu registro originário ou locais onde possuir visto.
2. O profissional em dia com as suas obrigações é aquele que não possui quaisquer débitos perante o Crea, ou seja, obrigação exigível e vencida, de natureza tributária ou não tributária, constituídos ou não, inscritos ou não em dívida ativa, decorrentes de anuidades, taxas, emolumentos ou multas por infração, inclusive aqueles que foram objeto de parcelamento e possuam parcela vencida e não paga;
3. E de acordo com o Calendário Eleitoral, o dia 16 de junho de 2025 será a data-limite para quitação de eventuais débitos pelos profissionais para fins de ser considerado eleitor, e o profissional inadimplente após essa data não poderá ser incluído na relação de profissionais aptos a votar, ainda que comprove ter quitado seus débitos posteriormente, pois esta data será observada para fins de fechamento de listagens de eleitores, não sendo permitida a inclusão de eleitores após essa data;

6. Obrigatoriedade do voto:

1. De acordo com o art. 53, da Resolução nº 1.114, de 2019 - Regulamento Eleitoral, o voto é facultativo, não havendo portanto, período para justificativa por não votar.

7. Identificação do eleitor:

1. O número de CPF do profissional registrado e em dia com as obrigações perante o Sistema Confea/Crea, até 30 (trinta) dias antes da data da eleição, será utilizado como chave de autenticação para localização na base de dados do sistema de votação eletrônica.
2. O sistema de votação deverá possibilitar o login por senha, por certificado digital, bem como pela integração com a ferramenta Gov.br;

6.6. Formas de transferência de conhecimento

- 1. Não será necessária transferência de conhecimento devido às características do objeto.

6.7. Procedimentos de transição e finalização do contrato

- 1. Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato devido às características do objeto.

6.8. Quantidade mínima de serviços para comparação e controle

- 1. Cada OS conterá o volume de serviços demandados, incluindo a sua localização e o prazo, conforme modelo descrito abaixo.

Ano	Assunto	Qtd estimada	Faixas
2026	Eleições Gerais 2026 (Presidentes + Conselheiro Federal [MS, MT, PI, RR, SC e IES Engenharia] + Diretores da Mútua	1.192.000	Acima de 500.000 envios
2027	Conselheiro Federal (AC, AL, AP, RO, RJ e IES Agronomia)	160.000	De 100.001 a 250.000 eleitores
2028	Conselheiro Federal [GO, ES, PE, RN, SP e SE]	500.000	De 250.001 a 500.000 eleitores
2029	Eleições Gerais 2029 (Presidentes + Conselheiro Federal [AM, DF, MG, PA, PB e IES Engenharia] + Diretores da Mútua	1.400.000	Acima de 500.000 envios
2030	Conselheiro Federal (BA, CE, PR, TO, MA e IES Agronomia)	230.000	De 100.001 a 250.000 eleitores
TOTAL		3.482.000	

- 2. A tabela acima registra a quantidade estimada de eleitores para os pleitos eleitorais de 2026 a 2030, cujos dados foram estimados através da quantidade de profissionais ativos em fevereiro de 2026 e, para cada ano posterior, foi adotado um percentual de crescimento por Regional.
- 3. Dessa feita, são 5 pleitos ordinários confirmados, conforme acima demonstrado, e estima-se até 5 pleitos extraordinários sendo 4 pleitos de até 100.000 eleitores e 1 pleito de 100.001 a 250.000 eleitores.
 - 1. Dos 27 Creas, 24 possuem até 100.000 profissionais ativos, 2 possuem entre 100.001 a 250.000 profissionais ativos, e apenas 1 possui mais de 250.000 profissionais ativos. Assim, estimou-se que, ao longo de 5 anos de contrato, pode-se ter até 5 pleitos extraordinários.

Ano	Faixas	Qtd estimada
2026	Até 100.000 eleitores	100.000
2027	Até 100.000 eleitores	100.000
2028	De 100.001 a 250.000 eleitores	250.000
2029	Até 100.000 eleitores	100.000
2030	Até 100.000 eleitores	100.000
TOTAL		650.000

6.9. Mecanismos formais de comunicação

1. A comunicação entre a CONTRATANTE e a CONTRATADA deverá ocorrer exclusivamente por meios formais, que permitam rastreabilidade, registro e comprovação das interações ao longo de toda a execução contratual.
2. Serão considerados mecanismos oficiais de comunicação: o sistema de gestão de chamados disponibilizado pela CONTRATADA, mensagens eletrônicas enviadas por e-mail institucional, atas de reuniões, ofícios eletrônicos, documentos protocolados no SEI e demais instrumentos expressamente autorizados pela CONTRATANTE.
3. As demandas operacionais, solicitações de suporte, incidentes, requisições de serviço, ajustes de parametrização, homologações, liberações de versão e comunicações relacionadas ao funcionamento da solução deverão ser registradas, preferencialmente, no sistema de chamados da CONTRATADA, garantindo classificação adequada, histórico dos atendimentos, controle de prazos e transparência na gestão das atividades.
4. As comunicações relativas à gestão do contrato, incluindo validações, alinhamentos de cronograma, alterações de escopo, notificações formais, aplicação de penalidades, aceites de entregas e tratativas administrativas, deverão ocorrer por e-mail institucional ou por documentos oficiais emitidos no SEI, assegurando o devido registro e rastreabilidade.
5. Reuniões técnicas, estratégicas ou de acompanhamento poderão ser realizadas presencialmente ou por videoconferência, devendo sempre gerar ata formal, contendo deliberações, encaminhamentos, pendências, responsáveis e prazos.
6. A ata deverá ser disponibilizada às partes no prazo máximo de 3 (três) dias úteis após a realização da reunião.
7. Qualquer orientação, solicitação ou acordo que não esteja registrado em um desses meios formais não produzirá efeitos contratuais.
8. A CONTRATADA deverá garantir que seu preposto e demais responsáveis mantenham comunicação tempestiva e clara com os representantes designados pelo Confea, assegurando que todas as interações relevantes sejam devidamente documentadas.

6.10. Manutenção de Sigilo e Normas de Segurança

1. O Contratado deverá manter sigilo absoluto sobre quaisquer dados e informações contidos em quaisquer documentos e mídias, incluindo os equipamentos e seus meios de armazenamento, de que venha a ter conhecimento durante a execução dos serviços, não podendo, sob qualquer pretexto, divulgar, reproduzir ou utilizar, sob pena de lei, independentemente da classificação de sigilo conferida pelo Contratante a tais documentos.
2. O Termo de Compromisso e Manutenção de Sigilo, contendo declaração de manutenção de sigilo e respeito às normas de segurança vigentes na entidade, a ser assinado pelo representante legal do Contratado, e Termo de Ciência, a ser assinado por todos os empregados do Contratado diretamente envolvidos na contratação, encontram-se nos anexos de mesmo nome.

7. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

- 7.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 7.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.
- 7.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- 7.4. O órgão ou entidade poderá convocar o preposto da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

Preposto

7.5. O Contratado designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto Contratado.

7.6. O Contratado não necessitará manter preposto da empresa no local da execução do objeto durante o período vigência do contrato.

7.7. O Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que o Contratado designará outro para o exercício da atividade.

Reunião Inicial

7.8. Após a assinatura do Contrato e a nomeação do Gestor e Fiscais do Contrato, será realizada a Reunião Inicial de alinhamento com o objetivo de nivelar os entendimentos acerca das condições estabelecidas no Contrato, Edital e seus anexos, e esclarecer possíveis dúvidas acerca da execução dos serviços.

7.9. A reunião será realizada em conformidade com o previsto no inciso I do Art. 31 da IN SGD/ME nº 94, de 2022, e ocorrerá em até 3 (três) dias úteis da assinatura do Contrato, podendo ser prorrogada a critério da Contratante.

7.10. A pauta desta reunião observará, pelo menos:

7.10.1. Presença do representante legal da contratada, que apresentará o seu preposto;

7.10.2. Entrega, por parte da Contratada, do Termo de Compromisso e dos Termos de Ciência;

7.10.3. esclarecimentos relativos a questões operacionais, administrativas e de gestão do contrato;

7.10.4. A Carta de apresentação do Preposto deverá conter no mínimo o nome completo e CPF do funcionário da empresa designado para acompanhar a execução do contrato e atuar como interlocutor principal junto à Contratante, incumbido de receber, diligenciar, encaminhar e responder as principais questões técnicas, legais e administrativas referentes ao andamento contratual;

7.10.5. Apresentação das declarações/certificados do fabricante, comprovando que o produto ofertado possui a garantia solicitada neste termo de referência.

Rotinas de Fiscalização

7.11. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos, nos termos do art. 33 da IN SGD nº 94, de 2022, observando-se, em especial, as rotinas a seguir.

Fiscalização Técnica

7.12. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

7.13. O fiscal técnico do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

7.14. Identificada qualquer inexistência ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

7.15. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

7.16. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

7.17. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

7.18. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade do Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

Fiscalização Administrativa

7.19. O fiscal administrativo do contrato, além de exercer as atribuições previstas no art. 33, IV, da IN SGD nº 94, de 2022, verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

7.20. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

Gestor do Contrato

7.21. Cabe ao gestor do contrato, além de exercer as atribuições previstas no art. 33, I, da IN SGD nº 94, de 2022:

7.21.1. coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

7.21.2. acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

7.21.3. acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

7.21.4. emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

7.21.5. tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

7.21.6. elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

7.21.7. enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, com a indicação expressa de que o valor da Nota Fiscal emitida pela contratada confere com o valor dimensionado pela fiscalização e gestão no recebimento definitivo do serviço.

7.21.8. receber e dar encaminhamento imediato:

7.21.8.1. às denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho, conforme o art. 2º, inciso III, do Decreto n.º 12.174/2024;

7.21.8.2. à notificação formal de que a empresa contratada está descumprindo suas obrigações trabalhistas, enviada pelo trabalhador, sindicato, Ministério do Trabalho, Ministério Público, Defensoria Pública ou por qualquer outro meio idôneo.

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

Instrumento de Medição de Resultado (IMR)

8.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), que estabelece critérios objetivos e mensuráveis estabelecidos entre as partes com a finalidade de aferir e avaliar aspectos de tempo e qualidade relacionados aos serviços contratados, conforme disposto neste item.

8.1.1. O Instrumento de Medição de Resultado é um conjunto de indicadores e métricas de desempenho utilizados para medir o cumprimento dos serviços prestados pelo contratado, permitindo que os pagamentos sejam vinculados à qualidade e eficiência da entrega.

8.1.2. Objetivo Principal: Evitar que a Administração Pública pague por serviços mal executados ou que não atendam aos requisitos contratuais.

8.1.3. Base Jurídica: Previsto na Lei nº 14.133/2021, reforçando a necessidade de remuneração por desempenho.

8.1.4. Aplicação em Contratos de Serviço: Amplamente utilizado em contratações de TI, serviços terceirizados e soluções SaaS (Software as a Service).

8.1.5. A Contratada deverá apresentar, junto à nota fiscal, relatório de acompanhamento, contendo a medição dos IMR para cada serviço.

8.1.6. O valor previsto para pagamento de um serviço poderá sofrer desconto ou glosa, dependendo do valor atingido para cada indicador.

8.1.7. O desconto ou glosa não será aplicado se a Contratante der causa à variação do indicador como, por exemplo, indisponibilidade da área demandante, alteração de escopo, dentre outros, desde que aceito pela Contratada.

8.1.8. A critério da Contratante, eventuais falhas em pontos não relevantes ou críticos poderão ser relevadas e dispensadas as sanções decorrentes do não cumprimento dos IMR, sem prejuízo da devida notificação, desde que a Contratada comprovadamente demonstre que os trabalhos de execução dos serviços estão em andamento com a entrega dos produtos e artefatos esperados.

8.1.9. Os indicadores serão medidos desde o início da execução contratual, nas periodicidades definidas, e a Contratada será informada dos resultados para que providencie as eventuais adequações que se fizerem necessárias na dinâmica da prestação dos serviços.

8.2. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que o Contratado:

8.2.1. não produziu os resultados acordados,

8.2.2. deixou de executar, ou não executou com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

8.2.3. deixou de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou os utilizou com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

8.3. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

8.3.1. Os prazos para o cálculo dos indicadores, quando contabilizados em dias úteis, consideram o calendário de feriados e recessos do Confea.

Indicador de Disponibilidade no Dia do Pleito (IDP)

1. O indicador vinculado à operação do sistema no dia do pleito tem por objetivo acompanhar a disponibilidade da plataforma durante o período oficial de votação.
2. A meta a ser cumprida será a obtenção de um IDP maior ou igual a 99,9%, sem tolerância para indisponibilidade superior a 10 minutos contínuos.
3. $IDP = (\text{Tempo total disponível no período oficial de votação} \div \text{Tempo total do período oficial de votação}) \times 100$.
4. O cálculo considerará exclusivamente o intervalo definido no calendário eleitoral aprovado.
5. Caso haja descumprimento dos níveis de serviço, a Contratada sofrerá glosas conforme tabela a seguir.

IDP	Penalidade
$\geq 99,9\%$	Não há penalidade
99,5% a 99,89%	3% do valor do pleito
99,0% a 99,49%	5% do valor do pleito
98,0% a 98,99%	10% do valor do pleito
$< 98,0\%$	15% do valor do pleito

Cronograma físico-financeiro

8.4. Os pagamentos serão efetuados conforme cronograma e condições descritas abaixo.

8.4.1. Estando a prestação de serviço de acordo com as exigências contratuais, o pagamento será efetuado em **03 (três) parcelas** da seguinte forma:

8.4.1.1. A primeira parcela corresponderá a 25% (vinte e cinco por cento) do valor da Ordem de Serviço, e será paga após a disponibilização da aplicação em conformidade com todos os requisitos estabelecidos neste termo de referência, mediante homologação do sistema de votação pela empresa de auditoria contratada pelo Confea, e mediante aceite da Contratante;

8.4.1.2. A segunda parcela corresponderá a 65% (sessenta e cinco por cento) do valor da Ordem de Serviço, e será paga após a realização da eleição, mediante apresentação dos relatórios que comprovem o total de importação de eleitores para a base de dados, e totais de envios de e-mails e SMS, bem como comprove a prestação do serviço de call center de acordo com os critérios estabelecidos neste Termo de Referência;

8.4.1.3. A terceira, e última parcela, corresponderá a 10% (dez por cento) do valor da Ordem de Serviço, e será paga após comprovação da manutenção do sistema de votação aos eleitores pelo prazo de 30 (trinta) dias após a eleição, para que possam consultar e imprimir seu comprovante de voto.

8.4.1.4. Caso acordado entre o Contratante e a Contratada quando da execução do objeto, o pagamento poderá ser realizado em parcela única após conclusão de todas as etapas constantes na Ordem de Serviço.

Recebimento

8.5. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 5 (cinco) dias, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo.

8.6. O prazo para recebimento provisório será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do Contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

8.7. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.

8.8. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo.

8.9. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

8.10. Para efeito de recebimento provisório, será considerado para fins de faturamento o período indicado na Ordem de Serviço.

8.11. Ao final de cada período/evento de faturamento:

8.11.1. o fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato;

8.12. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

8.13. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

8.14. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

8.15. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

8.16. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.17. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

8.18. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 5 (cinco) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

8.18.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento.

8.18.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando ao Contratado, por escrito, as respectivas correções;

8.18.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

8.18.4. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

8.18.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.[A7]

8.19. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.20. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo Contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

8.21. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Procedimentos de Teste e Inspeção

8.22. Não serão adotados procedimentos de teste e inspeção para fins de elaboração dos Termos de Recebimento Provisório e Definitivo, mas sim serão avaliadas as entregas constantes nas Ordens de Serviços.

Liquidação

8.23. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

8.24. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.25. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- I) o prazo de validade;
- II) a data da emissão;
- III) os dados do contrato e do órgão contratante;
- IV) o período respectivo de execução do contrato;
- V) o valor a pagar; e
- VI) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.26. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante.

8.27. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

8.28. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

- 8.28.1. verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;
- 8.28.2. Identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

8.29. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

8.30. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.31. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

8.32. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

8.33. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

8.34. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice ICTI de correção monetária.

Forma de pagamento

8.35. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

8.36. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.37. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.37.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.38. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Antecipação de pagamento

8.39. A presente contratação não permite a antecipação de pagamento.

Reajuste

8.40. Os preços inicialmente contratados são fixos e irredutíveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.

8.41. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do Índice de Custos de Tecnologia da Informação - ICTI, mantido pela Fundação Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

8.42. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

- 8.43. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).
- 8.44. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).
- 8.45. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.
- 8.46. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- 8.47. O reajuste será realizado por apostilamento.

Cessão de Crédito

- 8.48. As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.
- 8.48.1. A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.
- 8.48.2. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.
- 8.48.3. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.
- 8.48.4. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.
- 8.49. O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.

9. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E PROCEDIMENTOS PARA RETENÇÃO OU GLOSA NO PAGAMENTO

9.1. Nos casos de inadimplemento na execução do objeto, as ocorrências serão registradas pela contratante, conforme a tabela abaixo:

Id	Ocorrência	Glosa / Sanção
		Multa de 0,5% sobre o valor total da Ordem de Serviço por dia útil de atraso em prestar as

1	Não prestar os esclarecimentos imediatamente, referente à execução dos serviços, salvo quando implicarem em indagações de caráter técnico, hipótese em que serão respondidos no prazo máximo de 8 horas úteis.	informações por escrito, ou por outro meio quando autorizado pela contratante, até o limite de 10 dias úteis.
		Após o limite de 10 dias úteis, aplicar-se-á multa de 10% do valor total da Ordem de Serviço.
2	Não atender ao indicador de nível de serviço IDP (Índice de Disponibilidade do Pleito)	IDP \geq 99,9%: Sem desconto
		IDP \geq 99,5% e $<$ 99,9%: 3% de desconto sobre o valor do pleito
		IDP \geq 99,0% e $<$ 99,5%: 5% de desconto sobre o valor do pleito
		IDP \geq 98,0% e $<$ 99,0%: 10% de desconto sobre o valor do pleito
N	Não cumprir qualquer outra obrigação contratual não citada nesta tabela.	Advertência.
		Em caso de reincidência ou configurado prejuízo aos resultados pretendidos com a contratação, aplica-se multa de 5% do valor total da Ordem de Serviço.

9.2. Nos termos do art. 19, inciso III da Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 2022, será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, nos casos em que p contratado:

9.2.1. não atingir os valores mínimos aceitáveis fixados nos critérios de aceitação, não produzir os resultados ou deixar de executar as atividades contratadas; ou

9.2.2. deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para fornecimento da solução de TIC, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada;

9.3. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

9.4. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

9.4.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

9.4.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

9.4.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

9.4.4. Multa:

9.4.4.1. No caso do indicador IDP (Índice de Disponibilidade no Dia do Pleito), relacionado à disponibilidade do sistema durante o período oficial de votação, será aplicada glosa proporcional sobre o valor do pleito correspondente, conforme o percentual de disponibilidade apurado.

9.4.4.2. Será considerado atendido o indicador quando o IDP for maior ou igual a 99,9%, hipótese em que não haverá aplicação de penalidade. Caso o IDP seja igual ou superior a 99,5% e inferior a 99,9%, aplicar-se-á desconto de 3% sobre o valor do pleito. Quando o IDP for igual ou superior a 99,0% e inferior a 99,5%, o desconto será de 5%. Para IDP igual ou superior a 98,0% e inferior a 99,0%, aplicar-se-á desconto de 10%. Nos casos em que o IDP for inferior a 98,0%, será aplicado desconto de 15% sobre o valor do pleito.

9.4.4.3. Por fim, o não cumprimento de quaisquer outras obrigações contratuais não previstas nos itens anteriores acarretará advertência, e, em caso de reincidência ou quando configurado prejuízo à execução do objeto, será aplicada multa de 5% do valor total do contrato.

9.4.4.4. As sanções de multa incidirão sem prejuízo da aplicação cumulativa de glosas sobre os pagamentos devidos, bem como das demais sanções administrativas previstas na Lei nº 14.133 /2021, incluindo impedimento de licitar e contratar, ou declaração de inidoneidade, quando cabível.

9.5. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

9.6. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

9.7. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

9.8. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

9.9. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de XX (xxxxx) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

9.10. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

9.10.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

9.10.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

9.11. Na aplicação das sanções serão considerados:

9.11.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

9.11.2. as peculiaridades do caso concreto;

9.11.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

9.11.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e

9.11.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

9.12. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

9.13. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

9.14. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

9.14.1. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

9.15. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.16. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

10. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

10.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

10.1.1. O pregão foi escolhido para a contratação do sistema de votação devido à sua eficiência, transparência e potencial para garantir preços vantajosos. Sua natureza competitiva e simplificada permite uma tramitação ágil do processo licitatório, promovendo igualdade entre os concorrentes e assegurando a economicidade dos recursos públicos.

Regime de Execução

10.2. O regime de execução do contrato será por empreitada por preço global.

10.3. O critério de adjudicação pelo preço global foi selecionado devido à sua simplicidade e capacidade de garantir uma visão abrangente do custo total do projeto. Ao considerar o preço global, é possível avaliar de forma direta e objetiva a proposta mais vantajosa para a administração pública, levando em conta não apenas o valor unitário de cada item, mas também os custos totais envolvidos. Isso proporciona uma maior clareza na comparação das propostas e facilita a tomada de decisão, garantindo a seleção da oferta que melhor atenda às necessidades do órgão contratante dentro dos recursos disponíveis.

Exigências de habilitação

10.4. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos: Habilitação jurídica; Habilitação fiscal, social e trabalhista; Qualificação Econômico-Financeira; Qualificação Técnica.

Habilitação jurídica

10.5. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

10.6. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

10.7. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

10.8. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;[A6]

10.9. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

10.10. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

10.11. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

10.12. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

10.13. Consórcio de empresas: contrato de consórcio devidamente arquivado no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis (art. 279 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976) ou compromisso público ou particular de constituição, subscrito pelos consorciados, com a indicação da empresa líder, responsável por sua representação perante a Administração (art. 15, caput, I e II, da Lei nº 14.133, de 2021).

10.14. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

- 10.15. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- 10.16. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
- 10.17. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 10.18. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- 10.19. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Distrital ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 10.20. Prova de regularidade com a Fazenda Distrital ou Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- 10.21. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.
- 10.22. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

- 10.23. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;
- 10.24. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;
- 10.25. balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, comprovando, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas[A11] :

LG =

Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

SG =

Ativo Total

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

LC =

Ativo Circulante

Passivo Circulante

10.26. Caso a empresa apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido, para fins de habilitação, capital mínimo de 10% do valor total estimado da contratação.

10.27. Os indicadores fixados acima deverão ser atingidos em cada um dos dois últimos exercícios sociais, sob pena de inabilitação;

10.28. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

10.29. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

10.30. O atendimento dos índices econômicos previstos neste termo de referência deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

10.31. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

Qualificação Técnica

10.32. Declaração de que o fornecedor tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da contratação.

10.32.1. Essa declaração poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do interessado acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

10.33. As empresas licitantes devem ser proprietárias dos sistemas e deverão apresentar documentação comprovando sua propriedade.

10.33.1. A comprovação do item acima se dará por intermédio da apresentação da documentação do projeto do software, contendo no mínimo:

10.33.1.1. Registro de patente do(s) produto(s) INPI (Instituto Nacional de Propriedade Industrial) e Certificado de Propriedade Intelectual emitido pela ABES (Associação Brasileira das Empresas de Software).

10.33.2. No caso da licitante ser parceira/representante da proprietária/fabricante do SaaS, esta deverá apresentar documento emitido pela proprietária/fabricante que comprove tal relacionamento, e apresentar a documentação descrita no item acima em nome da proprietária/fabricante do SaaS.

Qualificação Técnico

10.34. Comprovação de aptidão para execução de serviço similar, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, ou do item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

10.34.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contrato(s) executado(s) com as seguintes características mínimas:

10.34.1.1. Comprove e demonstre a execução de serviços de natureza similar ao objeto desta licitação cuja abrangência tenha sido nacional e por meio da internet, de forma satisfatória;

10.34.1.2. Comprove a execução ou a capacidade de executar serviços de natureza similar ao objeto deste Termo de Referência, por meio da internet, com o registro de, no mínimo, 400.000 (quatrocentos mil) votos, realizados num período de 8 (oito) horas, já que há previsão de várias eleições simultâneas na mesma data;

10.34.1.3. A exigência de comprovação de 400.000 (quatrocentos mil) votos se mostra razoável, considerando que o voto no Sistema Confea/Crea não é obrigatório, e ainda, visando a máxima participação das empresas disponíveis no mercado, de modo a garantir a isonomia no processo licitatório, porém, resguardando a prestação do serviço com qualidade para atender às necessidades do Sistema Confea/Crea e Mútua ao longo dos 5 anos de vigência contratual.

10.34.1.4. Reforça-se que a comprovação mínima de 400.000 (quatrocentos mil) é para votos, e não eleitores, podendo também ser complementada a comprovação do item 10.34.1.3 através de documento oficial emitido pela pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado a partir do Relatório Final de cômputo de votos e/ou o Relatório de Apuração Final com o total de votos das eleições realizadas por estas.

10.34.1.5. Comprove que forneceu aplicação web de missão crítica para a internet, com módulo de assinatura em conformidade com as normas da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-BRASIL, DOC-ICP 15);

10.34.1.6. Comprove que as aplicações do sistema de votação on-line estão hospedadas em ambiente seguro e redundante;

10.34.1.7. Comprove que prestou ou é capaz de prestar serviços de suporte técnico e Helpdesk via Call Center e Chat, englobando ao menos 12 (doze) horas;

10.34.1.8. Comprove que efetuou ou é capaz de efetuar serviço de emissão de senha/código de acessos para votação, bem como o envio ou interface para o envio via e-mail e demais plataformas de comunicação eletrônica;

10.34.1.9. Comprove que realizou ou é capaz de realizar o serviço de autenticação do(a) eleitor(a) por certificado digital, incluindo certificado em nuvem;

10.34.1.10. Comprove que realizou ou é capaz de realizar o serviço de autenticação do(a) eleitor(a) por código de acesso (PIN/Senha/código de acesso), combinado com segundo fator de autenticação, como código de segurança ou data de nascimento do(a) eleitor(a);

10.34.1.11. Comprove que disponibilizou mecanismo de acesso ao sistema por meio de uso da plataforma acesso Gov.Br (<https://www.gov.br/pt-br>);

10.34.1.12. Comprove que realizou ou é capaz de realizar a entrega de artefatos e evidências no período pré-eleição e pós-eleição conforme demanda de auditoria independente e do contratante que garantam a integridade e a transparência do processo eleitoral;

10.34.2 Serão admitidos, para fins de comprovação de quantitativo mínimo de serviço, a apresentação e o somatório de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, com exceção da quantidade de votos, pois o total de 400.000 (quatrocentos mil) votos apurados em uma eleição deverá ser demonstrado em um único documento.

10.34.3. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

10.34.4. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foram prestados os serviços, entre outros documentos.

10.34.5. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.

10.35. Os atestados deverão conter, no mínimo, as seguintes informações:

10.35.1. O fornecedor deverá apresentar o Atestado Técnico e Termo de Responsabilidade (Portaria MTP nº 671/2021), comprovando a total conformidade do sistema com as normas estabelecidas.

10.35.2. Dados da empresa licitante: nome, CNPJ.

10.35.3. Dados da empresa cliente: nome, razão social, CNPJ, endereço.

10.35.4. Descrição dos serviços prestados com dados que permitam identificar a compatibilidade e similaridade com o objeto da licitação, incluindo as quantidades fornecidas.

10.35.5. Dados do emissor do atestado: nome, cargo, telefone e e-mail de contato.

10.35.6. Local, data de emissão e assinatura do emissor.

10.35.7. Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, 1 (um) ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior, conforme item 10.8 da IN SEGES/MPDG nº. 5/2017.

10.36. Serão aceitos atestados ou outros documentos hábeis emitidos por entidades estrangeiras quando acompanhados de tradução para o português, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora.

10.37. A apresentação, pelo fornecedor, de certidões ou atestados de desempenho anterior emitido em favor de consórcio do qual tenha feito parte será admitida, desde que atendidos os requisitos do art. 67, §§ 10 e 11, da Lei nº 14.133/2021 e regulamentos sobre o tema.

10.38. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

Disposições gerais sobre habilitação

10.39. Quando permitida a participação na licitação/contratação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

10.40. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

10.41. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

10.42. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

10.43. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

Documentação complementar para cooperativas

10.44. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

- 10.44.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;
- 10.44.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;
- 10.44.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;
- 10.44.4. O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;
- 10.44.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato;
- 10.44.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa:
 - 10.44.1. ata de fundação;
 - 10.44.2. estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou;
 - 10.44.3. regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;
 - 10.44.4. editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias;
 - 10.44.5. três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais;
 - 10.44.6. ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da contratação; e
 - 10.44.7. última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

11. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

O custo estimado total da contratação, que é o máximo aceitável, é de R\$ 6.703.200,00, conforme custos unitários apostos na tabela abaixo.

Item	Especificação	CATSER	Métrica ou Unidade de Medida	CÓD. PMC- TIC	Faixas	Qtd de eleições	Valor Unitário	Valor Eleição	Valor Total
1	Fornecimento e operação de sistema eletrônico de votação via internet, dimensionado conforme a quantidade de eleitores efetivamente importados para cada pleito eleitoral	26077	Eleitor importado	Não se aplica	Até 100.000 eleitores	4	R\$ 2,05	R\$ 205.000,00	R\$ 820.000,00
					De 100.001 a 250.000 eleitores	3	R\$ 1,32	R\$ 330.000,00	R\$ 990.000,00
					De 250.001 a 500.000 eleitores	1	R\$ 1,01	R\$ 505.000,00	R\$ 505.000,00
					De 500.001 a 1.400.000 eleitores	2	R\$ 0,85	R\$ 1.190.000,00	R\$ 2.380.000,00
2	Prestação de serviço de atendimento aos eleitores por meio de call center e chatbot, no período que antecede cada eleição, dimensionado conforme a quantidade de	16292	Posto-hora de atendimento	Não se aplica	Até 10 atendentes	8	R\$ 4.320,00	R\$ 43.200,00	R\$ 345.600,00

	postos de atendimento e a carga horária sendo das 8 às 18h, pelo horário de Brasília /DF								
3	Prestação de serviço de atendimento aos eleitores por meio de call center e chatbot, no dia da eleição, dimensionado conforme a quantidade de postos de atendimento e a carga horária sendo das 8 às 19h, pelo horário de Brasília/DF	16292	Posto-hora de atendimento	Não se aplica	Até 20 atendentes	2	R\$ 1.440,00	R\$ 28.800,00	R\$ 57.600,00
4	Serviço de envio de mensagens eletrônicas (SMS e e-mail), dimensionado conforme o quantitativo efetivo de mensagens enviadas em cada pleito eleitoral	26352	Mensagem enviada	Não se aplica	Até 100.000 envios	4	R\$ 0,60	R\$ 60.000,00	R\$ 240.000,00
					De 100.001 a 250.000 envios	3	R\$ 0,54	R\$ 135.000,00	R\$ 405.000,00
					De 250.001 a 500.000 envios	1	R\$ 0,42	R\$ 210.000,00	R\$ 210.000,00
					Acima de 500.000 envios	2	R\$ 0,75	R\$ 375.000,00	R\$ 750.000,00
SUBTOTAL (Somatório dos itens)									R\$ 6.703.200,00

A estimativa de custo levou em consideração o risco envolvido na contratação e sua alocação entre Contratante e Contratado, conforme especificado na matriz de risco constante do Contrato.

A estimativa do valor da contratação foi elaborada a partir da análise conjunta de referências históricas do setor, contratos administrativos recentes de objeto semelhante e propostas comerciais obtidas junto ao mercado, sempre observada a aderência ao escopo pretendido para as eleições do Sistema Confea/Crea no ciclo de 2026 a 2030.

Registra-se, inicialmente, que a estimativa preliminar anteriormente construída no Estudo Técnico Preliminar não decorreu de mera projeção abstrata ou de composição incompleta da solução. Ao contrário, tal estimativa tomou por base valores finais efetivamente alcançados em contratações anteriores após regular disputa em pregão eletrônico, e não simples propostas comerciais iniciais. A partir desses valores historicamente contratados, foram aplicados percentuais de projeção para os exercícios subsequentes, com vistas à obtenção de memória estimativa para o novo ciclo contratual.

Ressalte-se, ainda, que a estimativa inicial já contemplava os componentes essenciais da solução de TIC, abrangendo sistema eletrônico de votação via internet, infraestrutura, suporte, envio de mensagens eletrônicas e atendimento aos eleitores, em linha com o modelo adotado em contratações anteriores e com o escopo técnico do objeto. Nesse sentido, o parâmetro histórico utilizado não era dissociado da realidade do serviço, mas fundado em contratações efetivas já executadas no âmbito da Administração Pública, com preços resultantes da competição própria do certame.

Todavia, no curso do detalhamento da contratação, verificou-se alteração relevante de premissa entre os artefatos de planejamento. Isso porque, no Estudo Técnico Preliminar, a memória de cálculo considerou essencialmente a realização das plenárias ordinárias, ao passo que, na fase de elaboração do Termo de Referência, identificou-se a necessidade de inclusão de plenárias extraordinárias estimadas. Tal ampliação impactou diretamente o quantitativo de pleitos, o número estimado de operações de atendimento aos eleitores e o volume de mensagens eletrônicas a serem enviadas, repercutindo, conseqüentemente, no valor global estimado da solução.

Nesse contexto, os contratos administrativos recentes analisados serviram como referências subsidiárias de razoabilidade, mas não podem ser transpostos de forma automática para o presente processo, uma vez que cada contratação reflete necessidades institucionais próprias, quantitativos distintos, métricas específicas de remuneração e diferentes composições de serviços. Há instrumentos com precificação unitária por eleitor e outros com composição por serviços agregados, incluindo infraestrutura, mensageria e call center, o que exige cautela metodológica na comparação.

No caso do Contrato nº 30/2025 do CFC, verifica-se valor total de R\$ 950.000,00, contemplando sistema eleitoral via internet, infraestrutura, carga de dados, envio de e-mails e SMS, atendimento personalizado aos eleitores por call center e monitoramento das eleições. Já o contrato firmado pelo COFFITO adotou métrica unitária de R\$ 0,71 por

eleitor adimplente, resultando em valor total estimado de R\$ 376.300,00 para quantitativo de até 530.000 eleitores distribuídos em 18 eleições. Por sua vez, o contrato firmado pelo CFO também adotou métrica unitária por eleitor, com valor de R\$ 3,40 por eleitor, totalizando R\$ 687.962,80 para as eleições unificadas de 2025.

Os referidos contratos estão disponíveis em:

1. <https://pncp.gov.br/app/contratos/33618570000107/2025/46>;
2. <https://pncp.gov.br/app/contratos/00487140000136/2025/40>;
3. <https://pncp.gov.br/app/contratos/61919643000209/2025/42>.

Tais referências demonstram que os contratos pretéritos constituem parâmetro legítimo de mercado, mas também evidenciam que os preços variam de forma significativa conforme o modelo de contratação, a abrangência do objeto e a lógica de remuneração adotada. Não se mostra tecnicamente adequado, portanto, reproduzir de forma linear os valores unitários praticados em outras entidades, sem considerar as especificidades do presente projeto.

No caso do CFO, por exemplo, o valor unitário de R\$ 3,40 por eleitor foi pactuado para realidade institucional própria. Caso esse valor fosse aplicado indistintamente à lógica do Confea, especialmente a um conjunto de eleições distribuídas por diferentes faixas de eleitorado ao longo do ciclo contratual, o resultado tenderia a ser artificialmente elevado e dissociado da modelagem econômica efetivamente adotada no presente Termo de Referência. De forma semelhante, embora o contrato do COFFITO indique que o mercado também opera com métrica per capita, sua lógica remuneratória, baseada em até 530.000 eleitores distribuídos em 18 eleições ao longo de 60 meses, não guarda identidade plena com o escopo ora pretendido, razão pela qual também não pode ser adotado como parâmetro automático de precificação.

Na pesquisa direta realizada para o presente processo, as propostas comerciais mais aderentes ao escopo atualizado apresentaram valores substancialmente superiores à memória preliminar construída no ETP, o que demonstra que o mercado, ao precificar o ciclo eleitoral 2026-2030 já com a inclusão das plenárias extraordinárias estimadas e demais exigências operacionais constantes do Termo de Referência, passou a trabalhar com base econômica distinta daquela que orientou a simulação inicial derivada dos contratos pretéritos.

Ressalte-se, ainda, que uma das propostas recebidas não foi considerada como referência principal para a formação do preço estimado, por apresentar modelo simplificado de cobrança por eleitor, sem o mesmo grau de detalhamento dos itens acessórios e sem comparabilidade suficiente com a estrutura efetivamente demandada pelo Confea. Assim, para fins de estimativa, foram privilegiadas as propostas que melhor refletiram o escopo final da contratação.

Para definição do valor estimado, adotou-se critério conservador e mais vantajoso para a Administração, consistente na utilização do menor preço unitário apurado para cada item, dentre as duas propostas comerciais consideradas mais aderentes ao escopo do projeto. Dessa forma, a estimativa não decorreu da adoção integral de uma única proposta, mas da composição dos itens a partir dos menores valores identificados por componente da solução, observadas as respectivas unidades de medida, faixas de quantitativos e demais premissas estabelecidas no Termo de Referência.

A adoção do valor estimado resultante da pesquisa de preços, contudo, não significa que este será necessariamente o valor final da futura contratação. Tratando-se de pregão eletrônico com critério de julgamento pelo menor preço, é natural que a fase competitiva produza redução do montante inicialmente estimado, em razão da disputa entre os licitantes e da possibilidade de apresentação de lances sucessivos mais vantajosos para a Administração. Desse modo, o valor estimado deve ser compreendido como referencial para a licitação e para a aferição de compatibilidade das propostas, e não como expectativa de contratação pelo valor integral apurado na fase interna.

Assim, a divergência entre a estimativa preliminar construída no ETP e o valor estimado consolidado no Termo de Referência não decorre de ausência de componentes da solução na memória inicial, mas, essencialmente, de dois fatores objetivos: a utilização, no ETP, de parâmetros históricos derivados de contratos já adjudicados e homologados após pregão, e a ampliação do escopo no TR, com a inclusão das plenárias extraordinárias estimadas, elevando os quantitativos e a dimensão econômica do objeto.

Diante disso, conclui-se que a estimativa do presente processo deve observar prioritariamente a especificação concreta do projeto do Confea, seus quantitativos efetivos, sua modelagem por faixas e a composição dos serviços exigidos no Termo de Referência, utilizando os contratos pretéritos e as propostas obtidas como referências complementares de mercado, sem transposição automática de valores firmados em contextos institucionais diversos.

12. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

12.1. A despesa orçamentária para a contratação do objeto deste instrumento correrá à Conta Orçamentária nº 5.2.2.1.1.04.04.01, do Centro de Custo nº 1.1.05, da Comissão Eleitoral Federal,

12.2. Informa-se que não houve aquisições/contratações do objeto pretendido no exercício.

13. DISPOSIÇÕES FINAIS

13.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.

<div>Integrante</div> <div>Demétrio Rodrigo Ferronato</div> <div>matrícula nº 0734</div>	<div>Integrante</div> <div>Rodrigo de Souza Borges</div> <div>matrícula nº 0756</div>	<div>Integrante</div> <div>João de Carvalho Leite Neto</div> <div>matrícula nº 0592</div>
--	---	---

<div>Autoridade Máxima da Área de TIC</div> <div><div></div><div>Pedro Kiyoshi Nakano</div><div>Gerente de Tecnologia da Informação</div><div>Matrícula nº 0910</div></div>

Aprovo,

<div>Autoridade Competente</div> <div><div></div><div>Natalie Sonza Diefenbach</div></div>
--

14. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

DEMETRIO RODRIGO FERRONATO

Membro da comissão de contratação



Assinou eletronicamente em 04/05/2026 às 10:52:51.

JOAO DE CARVALHO LEITE NETO

Membro da comissão de contratação



Assinou eletronicamente em 04/05/2026 às 11:16:12.

RODRIGO DE SOUZA BORGES

Membro da comissão de contratação



Assinou eletronicamente em 04/05/2026 às 10:45:02.

CONSELHO FEDERAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA - CONFEA

SEPN 508, Bloco A Ed. Confea - Engenheiro Francisco Saturnino de Brito Filho - Bairro Asa Norte, Brasília/DF, CEP 70740-541

Contato: - <http://www.confea.org.br>

MINUTA - CONTRATO

Processo: 00.000249/2026-62

Tipo de Processo: Aquisição/Contratação: Bens ou Serviços

Assunto: Sistema de votação - Eleições de Conselheiros Federais do Sistema Confea/Crea 2026/2030

Interessado: Sistema Confea/Crea e Mútua

* MINUTA DE DOCUMENTO

EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 9000X/2026 ANEXO II

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº
...../....., QUE FAZEM ENTRE SI O
CONSELHO FEDERAL DE
ENGENHARIA E AGRONOMIA -
CONFEA E
.....

O **CONSELHO FEDERAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA - Confea**, com sede no(a) SEPN 508, Bloco A Ed. Confea - Engenheiro Francisco Saturnino de Brito Filho - Bairro Asa Norte, CEP 70740-541, Brasília - DF, inscrito(a) no CNPJ sob o nº 33.665.647/0001-91, neste ato representado pelo, doravante denominado CONTRATANTE, e o(a), inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº, sediado(a) na, em doravante designado CONTRATADO, neste ato representado(a) por (nome e função no contratado), conforme atos constitutivos da empresa OU procuração apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no Processo nº e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico n. .../..., mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de solução de tecnologia da informação e comunicação **para realização de eleições eletrônicas via internet, compreendendo o fornecimento, disponibilização e operação de software específico de votação eletrônica, infraestrutura tecnológica, serviços de suporte técnico, envio de comunicações eletrônicas aos eleitores (e-mail e SMS), atendimento personalizado multicanal, monitoramento do processo eleitoral, geração de relatórios e apoio às atividades de auditoria, destinado à realização das Eleições do Sistema Confea/Crea e Mútua, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.**

1.2. Objeto da contratação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	MÉTRICA OU UNIDADE DE MEDIDA	FAIXAS	QTD. ELEIÇÕES	VALOR UNITÁRIO	VALOR ELEIÇÃO	VALOR TOTAL

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1.3.1. O Termo de Referência;
- 1.3.2. O Edital da Licitação;
- 1.3.3. A Proposta do contratado;
- 1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. ~~O prazo de vigência da contratação é de [indicar o prazo] contados do(a) [indicar o termo inicial da vigência], na forma do art. 105 da Lei nº 14.133, de 2021.~~

2.2. ~~O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do contratado, previstas neste instrumento.~~
OU

2.3. O prazo de vigência da contratação é de 60 (sessenta) meses contados da assinatura do contrato, prorrogável sucessivamente por até 10 anos, na forma dos arts. 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

OU

- 2.4. ~~O prazo de vigência da contratação é de [indicar o prazo] contados do(a) [indicar o termo inicial da vigência], prorrogável para até 15 anos (máximo de 15 anos, incluindo prorrogações), na forma do art. 114 da Lei nº 14.133, de 2021.~~
- 2.5. A prorrogação de que trata esse item é condicionada à avaliação, por parte do Gestor do Contrato, da vantajosidade da prorrogação, a qual deverá ser realizada motivadamente, com base no Histórico de Gestão do Contrato, nos princípios da manutenção da necessidade, economicidade e oportunidade da contratação e nos demais aspectos que forem julgados relevantes, atentando, ainda, para o cumprimento dos seguintes requisitos:
- 2.5.1. Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;
- 2.5.2. Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;
- 2.5.3. Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;
- 2.5.4. Haja manifestação expressa do CONTRATADO informando o interesse na prorrogação;
- 2.5.5. Seja comprovado que o CONTRATADO mantém as condições iniciais de habilitação; e
- 2.5.6. Não haja registro no Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal (Cadin).
- 2.6. O CONTRATADO não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.
- 2.7. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.
- 2.8. Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a renovação.
- 2.9. O contrato não poderá ser prorrogado quando o CONTRATADO tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.
- ~~OU~~
- 2.10. ~~O prazo de vigência da contratação é de [indicar o prazo -- máximo de um ano] contados do(a) [indicar o termo inicial da vigência], improrrogável, na forma do art. 75, VIII, da Lei nº 14.133/2021[A.~~

3. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

- 3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

4. CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

- 4.1. As regras sobre a subcontratação do objeto são aquelas estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

5. CLÁUSULA QUINTA - PREÇO

- 5.1. ~~O valor mensal da contratação é de R\$ xxxxxx (xxxxxxxx), perfazendo o valor total de R\$ xxxxxx (xxxxxxxx).~~

~~OU~~

- 5.2. O valor total da contratação é de R\$ xxxxxx (xxxxxxxx).

5.3. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

- 5.4. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

6. CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO

- 6.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE

- 7.1. As regras acerca do reajuste do valor contratual são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

8. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

- 8.1. São obrigações do CONTRATANTE:

- 8.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo CONTRATADO, de acordo com o contrato e seus anexos;
- 8.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- 8.1.3. Notificar o CONTRATADO, por escrito, sobre vícios, defeitos, incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;
- 8.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo CONTRATADO;
- 8.1.5. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal relativa à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;
- 8.1.6. Efetuar o pagamento ao CONTRATADO do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;
- 8.1.7. Aplicar ao CONTRATADO as sanções previstas na lei e neste Contrato;
- 8.1.8. Não praticar atos de ingerência na administração do CONTRATADO, tais como:
- 8.1.8.1. indicar pessoas expressamente nominadas para executar direta ou indiretamente o objeto contratado;
- 8.1.8.2. fixar salário inferior ao definido em lei ou em ato normativo a ser pago pelo CONTRATADO;
- 8.1.8.3. estabelecer vínculo de subordinação com funcionário do CONTRATADO;
- 8.1.8.4. definir forma de pagamento mediante exclusivo reembolso dos salários pagos;
- 8.1.8.5. demandar a funcionário do CONTRATADO a execução de tarefas fora do escopo do objeto da contratação; e

- 8.1.8.6. prever exigências que constituam intervenção indevida da Administração na gestão interna do CONTRATADO.
- 8.1.9. Cientificar o órgão de representação judicial da ~~Advocacia-Geral da União~~ do CONFEA para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo CONTRATADO;
- 8.1.10. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;
- 8.1.10.1. A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
- 8.1.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo CONTRATADO no prazo máximo de 30 (trinta) dias;
- 8.1.12. **Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais;**
- 8.1.13. Comunicar o CONTRATADO na hipótese de posterior alteração do projeto pelo CONTRATANTE, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.
- 8.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo CONTRATADO com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do CONTRATADO, de seus empregados, prepostos ou subordinados.
- 9. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO**
- 9.1. O CONTRATADO deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:
- 9.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- 9.3. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens e serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 9.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo CONTRATANTE, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 9.5. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o CONTRATADO deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:
- 9.5.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
- 9.5.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
- 9.5.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do CONTRATADO;
- 9.5.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e
- 9.5.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.
- 9.6. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao CONTRATANTE e não poderá onerar o objeto do contrato;
- 9.7. Comunicar ao Fiscal do contrato tempestivamente, observada a urgência da situação, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual, não ultrapassando o prazo de 24 (vinte e quatro) horas;
- 9.8. Paralisar, por determinação do CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;
- 9.9. Manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação ~~ou para qualificação na contratação direta~~;
- 9.10. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;
- 9.11. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;
- 9.12. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 9.13. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 9.14. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do CONTRATANTE;
- 9.15. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados;
- 9.16. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos;
- 9.17. Fornecer todos os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação de regência;
- 9.18. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;

- 9.19. Submeter previamente, por escrito, ao CONTRATANTE, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere;
- 9.20. Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho;
- 9.21. Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados;
- 9.22. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos de idade, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade, observada a legislação pertinente;
- 9.23. Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008;
- 9.24. Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho;
- 9.25. Manter preposto aceito pela Administração no local da obra ou do serviço para representá-lo na execução do contrato;
- 9.25.1. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.
- 9.26. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do CONTRATANTE ou de agente público que tenha desempenhado função na licitação ou que atue na fiscalização ou gestão do contrato, nos termos do art. 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 9.27. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo CONTRATANTE ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do contrato;
- 9.28. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato;
- 9.29. Assegurar aos seus trabalhadores ambiente de trabalho e instalações em condições adequadas ao cumprimento das normas de saúde, segurança e bem-estar no trabalho;
- 9.30. Fornecer equipamentos de proteção individual (EPI) e equipamentos de proteção coletiva (EPC), quando for o caso;
- 9.31. Garantir o acesso do CONTRATANTE, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do contrato;
- 9.32. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram o Termo de Referência, no prazo determinado;
- 9.33. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração;
- 9.34. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo o CONTRATADO relatar ao CONTRATANTE toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;
- 9.35. ~~Realizar os serviços de manutenção e assistência técnica no(s) seguinte(s) local(is) (inserir endereço(s));~~
- 9.36. ~~O técnico deverá se deslocar ao local da repartição, salvo se o CONTRATADO tiver unidade de prestação de serviços em distância de [...] (inserir distância conforme avaliação técnica) do local demandado.~~
- 9.37. ~~Realizar a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas, sem perda de informações, podendo exigir, inclusive, a capacitação dos técnicos do CONTRATANTE ou da nova empresa que continuará a execução dos serviços;~~
- 9.38. ~~Ceder ao CONTRATANTE todos os direitos patrimoniais relativos ao objeto contratado, o qual poderá ser livremente utilizado e/ou alterado em outras ocasiões, sem necessidade de nova autorização do CONTRATADO.~~
- 9.38.1. ~~Considerando que o projeto contratado se refere a obra imaterial de caráter tecnológico, insuscetível de privilégio, a cessão dos direitos a que se refere o subitem acima inclui o fornecimento de todos os dados, documentos e elementos de informação pertinentes à tecnologia de concepção, desenvolvimento, fixação em suporte físico de qualquer natureza e aplicação da obra.~~

10. CLÁUSULA DÉCIMA - OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

- 10.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), bem como as orientações, recomendações e normativos expedidos pela Agência Nacional de Proteção de Dados Pessoais (ANPD), no que couber, quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo, desde a fase de apresentação da proposta, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.
- 10.2. Os dados pessoais obtidos em decorrência deste instrumento deverão ser tratados exclusivamente para as finalidades que justificaram o seu acesso, de forma lícita, adequada e limitada, observados a boa-fé e os princípios previstos no art. 6º da LGPD.
- 10.3. É vedado o compartilhamento de dados pessoais com terceiros fora das hipóteses legalmente autorizadas ou sem prévia anuência do CONTRATANTE, ressalvadas as obrigações legais ou regulatórias.
- 10.4. O CONTRATADO deverá informar ao CONTRATANTE, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, a celebração de contratos de suboperação ou subcontratação que envolvam tratamento de dados pessoais, permanecendo integralmente responsável pela observância desta cláusula por tais terceiros.
- 10.5. Encerradas as finalidades que justificaram o tratamento, os dados pessoais deverão ser eliminados, nos termos do art. 15 da LGPD, ressalvadas as hipóteses previstas no art. 16, inclusive para cumprimento de obrigações legais, contratuais ou de controle.
- 10.6. O CONTRATADO compromete-se a orientar e capacitar seus empregados, prepostos e colaboradores quanto aos deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.
- 10.7. O CONTRATADO deverá adotar medidas técnicas e administrativas aptas a proteger os dados pessoais contra acessos não autorizados e situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração ou vazamento, observadas as boas práticas de segurança da informação e o nível de risco do tratamento.
- 10.8. Na hipótese de ocorrência de incidente de segurança que possa acarretar risco ou dano relevante aos titulares dos dados pessoais ou ao CONTRATANTE, o CONTRATADO deverá comunicar o fato de forma imediata, ou no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar da ciência do incidente, fornecendo as informações disponíveis para a adoção das providências cabíveis.
- 10.9. O CONTRATADO deverá cooperar com o CONTRATANTE no atendimento às requisições dos titulares de dados pessoais, bem como fornecer informações razoáveis e disponíveis para fins de cumprimento da LGPD, inclusive para elaboração ou atualização de

Relatório de Impacto à Proteção de Dados Pessoais, quando aplicável.

10.10. O CONTRATANTE poderá realizar diligências e solicitar comprovações quanto ao cumprimento desta cláusula, devendo o CONTRATADO atender prontamente às solicitações formuladas.

10.11. O presente contrato poderá ser ajustado, mediante termo aditivo, sempre que necessário para adequação a novas exigências legais ou regulamentares relativas à proteção de dados pessoais, especialmente aquelas expedidas pela ANPD.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

11.1. ~~Não haverá exigência de garantia contratual da execução-~~
~~OU~~

11.2. ~~Será exigida a prestação de garantia na presente contratação, conforme regras constantes do Termo de Referência.~~

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. As regras acerca de infrações e sanções administrativas referentes à execução do contrato são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

13.1. ~~O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.~~

13.2. ~~Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readaptação do cronograma fixado para o contrato.~~

13.3. ~~Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:-~~

13.3.1. ~~ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e-~~

13.3.2. ~~poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotar as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.~~

~~OU~~

13.4. O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

13.5. O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o contratante, quando esta não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

13.6. A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

13.7. Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

~~OU~~

13.8. ~~O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, observado o art. 75, inciso VIII, da Lei n.º 14.133/2021, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.~~

13.9. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no art. 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.9.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os arts. 138 e 139 da mesma Lei.

13.9.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.9.3. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

13.10. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido de:

13.10.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.10.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.10.3. Indenizações e multas.

13.11. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

13.12. O CONTRATANTE poderá ainda:

13.12.1. nos casos de obrigação de pagamento de multa pelo CONTRATADO, reter a garantia prestada a ser executada, conforme legislação que rege a matéria; e

13.12.2. nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei n.º 14.133, de 2021, reter os eventuais créditos existentes em favor do CONTRATADO decorrentes do contrato.

13.13. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou na contratação direta ou que atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - ALTERAÇÕES

14.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

14.2. O CONTRATADO é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do CONTRATANTE, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

14.5. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

15.1. A despesa orçamentária para a contratação do objeto deste instrumento correrá à **Conta Orçamentária nº xxxxxx - xxxxxx, do Centro de Custo nº xxxx.**

15.2. Nos exercícios seguintes, as despesas correrão à conta de dotação orçamentária própria, consignada no respectivo Orçamento Anual, ficando o Contratante obrigado a apresentar, no início de cada exercício, a respectiva Nota de Empenho estimativa, e em havendo necessidade, emitir Nota de Empenho complementar, respeitada a mesma classificação orçamentária.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOS CASOS OMISSOS

16.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO

17.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – FORO

18.1. Fica eleito o Foro da Justiça Federal em, Seção Judiciária de para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

[Local], [dia] de [mês] de [ano].

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União

Termo de contrato modelo para Pregão Eletrônico para contratação de serviços/Solução de Tecnologia da Informação e Comunicação

Aprovado pela Secretaria de Governo Digital

Identidade visual pela Secretaria de Gestão

Atualização: AGO/2025



Documento assinado eletronicamente por **Pedro Murilo Souza Hott, Gerente de Contratações**, em 08/04/2026, às 18:21, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º, § 3º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://confea.sei.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **1512387** e o código CRC **FA590AE0**.

Referência: Processo nº 00.000249/2026-62

SEI nº 1512387